



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PAUTA DA 32ª REUNIÃO

(4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura)

03/06/2014

TERÇA-FEIRA

Após a 31ª Reunião Extraordinária

Presidente: Senador Vital do Rêgo

Vice-Presidente: Senador Anibal Diniz



Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**32ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 54ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 03/06/2014.**

32ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA

Terça-feira, Após a 31ª Reunião

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	OFS 4/2014 - Não Terminativo -	SEN. MOZARILDO CAVALCANTI	9
2	OFS 10/2014 - Não Terminativo -	SEN. PEDRO SIMON	81

(1)(2)(3)(4)(5)(6)(7)(8)(45)(90)(91)(96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz

(27 titulares e 27 suplentes)

TITULARES	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO(PSOL, PT, PDT, PCdoB, PRB)		SUPLENTE
José Pimentel(PT)	CE (61) 3303-6390 / 6391	1 Angela Portela(PT)(17)(99)(101)	RR (61) 3303.6103 / 6104 / 6105
Gleisi Hoffmann(PT)(63)(64)(122)	PR (61) 3303-6271	2 Lídice da Mata(PSB)(17)(64)(65)	BA (61) 3303-6408
Pedro Taques(PDT)	MT (61) 3303-6550 e 3303-6551	3 Jorge Viana(PT)(15)(17)(84)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367
Anibal Diniz(PT)(14)(83)	AC (61) 3303-4546 / 3303-4547	4 Acir Gurgacz(PDT)(32)(33)(58)(60)(69)(70)	RO (61) 3303-3132/1057
Antonio Carlos Valadares(PSB)	SE (61) 3303-2201 a 2206	5 Walter Pinheiro(PT)(16)(87)	BA (61) 33036788/6790
Inácio Arruda(PCdoB)	CE (61) 3303-5791 / 3303-5793	6 Rodrigo Rollemberg(PSB)	DF (61) 3303-6640
Marcelo Crivella(PR)(40)(41)(126)(127)	RJ (61) 3303-5225/5730	7 Humberto Costa(PT)(20)	PE (61) 3303-6285 / 6286
Randolfe Rodrigues(PSOL)(98)	AP (61) 3303-6568	8 Paulo Paim(PT)(103)(105)(120)	RS (61) 3303-5227/5232
Eduardo Suplicy(PT)(99)	SP (61) 3303-3213/2817/2818	9 Ana Rita(PT)(104)(128)	ES (61) 3303-1129
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)			
Eduardo Braga(PMDB)(48)(59)(85)	AM (61) 3303-6230	1 Ciro Nogueira(PP)(10)(12)(24)(28)(35)(48)	PI (61) 3303-6185 / 6187
Vital do Rêgo(PMDB)(9)(23)(48)(59)(85)	PB (61) 3303-6747	2 Roberto Requião(PMDB)(11)(24)(44)(48)	PR (61) 3303-6623/6624
Pedro Simon(PMDB)(48)(59)(85)	RS (61) 3303-3232	3 VAGO(21)(24)(48)(59)(61)(62)(72)(73)(85)	MG (61) 3303-4621 e 3303-5067
Ricardo Ferraço(PMDB)(48)(59)(85)(121)	ES (61) 3303-6590	4 Clésio Andrade(PMDB)(22)(24)(48)(59)(85)	RO (61) 3303-2252/2253
Luiz Henrique(PMDB)(28)(48)(59)(85)	SC (61) 3303-6446/6447	5 Valdir Raupp(PMDB)(48)(85)	AL (61) 3303-6148 / 6151
Eunício Oliveira(PMDB)(34)(48)(85)(115)	CE (61) 3303-6245	6 Benedito de Lira(PP)(48)(85)	MS (61) 3303-6767 / 6768
Francisco Dornelles(PP)(48)(85)	RJ (61) 3303-4229	7 Waldemir Moka(PMDB)(48)(85)(118)(119)	TO (61) 3303-2708
Sérgio Petecão(PSD)(49)(50)(52)(79)(82)	AC (61) 3303-6706 a 6713	8 Kátia Abreu(PMDB)(49)(50)(52)(66)(67)(77)	MA (61) 3303-2311 a 2314
Romero Jucá(PMDB)(106)	RR (61) 3303-2112 / 3303-2115	9 Lobão Filho(PMDB)(100)(107)(108)(109)	
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM, SD)			
Aécio Neves(PSDB)(80)	MG (61) 3303-6049/6050	1 Lúcia Vânia(PSDB)(30)(80)	GO (61) 3303-2035/2844
Cássio Cunha Lima(PSDB)(80)	PB (61) 3303-9808/9806/9809	2 Flexa Ribeiro(PSDB)(80)(81)(111)(112)	PA (61) 3303-2342
Alvaro Dias(PSDB)(80)	PR (61) 3303-4059/4060	3 Cícero Lucena(PSDB)(19)(80)(97)	PB (61) 3303-5800 5805
José Agripino(DEM)(25)(51)	RN (61) 3303-2361 a 2366	4 Paulo Bauer(PSDB)(26)(51)(53)	SC (61) 3303-6529
Aloysio Nunes Ferreira(PSDB)(97)	SP (61) 3303-6063/6064	5 Cyro Miranda(PSDB)(97)(112)	GO (61) 3303-1962
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)			
Armando Monteiro(PTB)(92)	PE (61) 3303 6124 e 3303 6125	1 Gim(PTB)(13)(54)(74)(89)(92)	DF (61) 3303-1161/3303-1547
Mozarildo Cavalcanti(PTB)(71)(92)(94)(95)	RR (61) 3303-4078 / 3315	2 Eduardo Amorim(PSC)(18)(54)(88)(92)	SE (61) 3303 6205 a 3303 6211
Magno Malta(PR)(92)	ES (61) 3303-4161/5867	3 Cidinho Santos(PR)(27)(42)(43)(75)(76)(92)	MT 3303-6170/3303-6167
Antonio Carlos Rodrigues(PR)(92)	SP (061) 3303.6510, 6511 e 6514	4 Alfredo Nascimento(PR)(56)(57)(92)(102)	AM (61) 3303-1166

- (1) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Anibal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.
- (2) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).
- (3) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).
- (4) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.
- (5) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.
- (6) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.
- (7) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.
- (8) Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- (9) Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

- (10) Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
- (11) Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF. Nº 41/2011-GLPMDB)
- (12) Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF. Nº 42/2011-GLPMDB)
- (13) Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
- (14) Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
- (15) Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
- (16) Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
- (17) Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
- (18) Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
- (19) O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
- (20) Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).
- (21) Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).
- (22) Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- (23) Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)
- (24) Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
- (25) Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
- (26) Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
- (27) O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
- (28) Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).
- (29) Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
- (30) Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
- (31) O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- (32) Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
- (33) Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
- (34) Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
- (35) Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
- (36) Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
- (37) Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- (38) Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
- (39) Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
- (40) Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- (41) Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
- (42) Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
- (43) Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
- (44) Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF.GLPMDB nº 45/2012).
- (45) Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
- (46) Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
- (47) Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- (48) Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
- (49) Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
- (50) As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
- (51) Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
- (52) Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
- (53) Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
- (54) Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012-GLPTB).
- (55) Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (OF. GLPMDB nº 106/2012).
- (56) Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
- (57) Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
- (58) Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
- (59) Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (OF. GLPMDB nº 168/2012).
- (60) Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).
- (61) Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

- (62) Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
- (63) Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
- (64) Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
- (65) Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
- (66) Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
- (67) Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
- (68) Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
- (69) Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
- (70) Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).
- (71) Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
- (72) Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
- (73) Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2012).
- (74) O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
- (75) Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (OF. Nº 237/2012-BLUFOR).
- (76) Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
- (77) Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
- (78) Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
- (79) Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (OF. Nº 0013/2013-GLPSD).
- (80) Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 009/13-GLPSDB).
- (81) Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 32/13-GLPSDB).
- (82) O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
- (83) Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
- (84) Em 26.02.2013, o Senador Jorge Viana é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
- (85) Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 39/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
- (86) Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 01/2013 - CCJ).
- (87) Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).
- (88) Em 12.03.2013, volta a pertencer ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao PP (Of. nº 55/2013 - BLUFOR).
- (89) Em 12.03.2013, o Senador Sodrê Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 029/2013).
- (90) Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013)
"A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL, determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários.
Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."
- (91) Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada).
Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada).
Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes.
Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.
- (92) Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Sodrê Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 44/2013).
- (93) Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
- (94) Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodrê Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
- (95) Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 81/2013-BLUFOR).
- (96) Em 17.04.2013, publicada no D.O.U. a Resolução nº 11, de 2013, que amplia para 27 o quantitativo de vagas da Comissão, distribuídas em obediência à proporcionalidade partidária.
- (97) Em 18.04.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa a suplência e passa a ser membro titular; os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro são designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. 122/2013-GLPSDB).
- (98) Em 23.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 72/2013-GLDBAG).
- (99) Em 23.04.2013, o Senador Eduardo Suplicy deixa a suplência e passa a ser membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 73/2013-GLDBAG).
- (100) Em 24.04.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 166/2013-GLPMDB).
- (101) Em 07.05.2013, a Senadora Angela Portela é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 078/2013-GLDBAG).
- (102) Em 14.05.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (Of. nº 112/13 - BLUFOR).
- (103) Em 23.05.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 086/2013-GLDBAG).
- (104) Em 04.06.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 088/2013-GLDBAG).
- (105) Em 01.07.2013, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 096/2013-GLDBAG).
- (106) Em 09.07.2013, o Senador Romero Jucá deixa a suplência e passa a ser titular do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão (Of. 217/2013-GLPMDB).
- (107) Em 10.07.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 225/2013-GLPMDB).
- (108) Em 11.07.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. 243/2013-GLPMDB).
- (109) Em 06.08.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 243/2013-GLPMDB).
- (110) Em 06.08.2013, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Ofício nº 236/2013-GLPMDB).

- (111) Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
- (112) Em 15.08.2013, os Senadores Flexa Ribeiro e Cyro Miranda são designados como suplentes na Comissão(Ofício nº 158/2013-GLPSDB).
- (113) Em 17.09.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 171/2013 - BLUFOR).
- (114) Em 24.09.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Paulo Davim(Ofício nº 274/2013 - GLPMDB).
- (115) Em 02.10.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Ofício nº 278/2013-GLPMDB).
- (116) Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
- (117) Em 09.10.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Ofício nº 284/2013-GLPMDB).
- (118) Em 30.10.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Waldemir Moka (Ofício nº 298/2013-GLPMDB).
- (119) Em 14.11.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim(OF. GLPMDB nº 308/2013).
- (120) Em 11.12.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias(OF. GLDBAG nº 141/2013).
- (121) Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
- (122) Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita(Of. nº 11/2014 - GLDBAG).
- (123) Em 12.2.2014, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 29/2014).
- (124) Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
- (125) Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 17/2014-BLUFOR).
- (126) Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
- (127) Em 18.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Lopes e cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 24/2014 - GLDBAG e Of. nº 44/2014 - BLUFOR).
- (128) Em 18.03.2014, a Senadora Ana Rita é designada suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias(Of. nº 028/2014-GLDBAG).
- (129) Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
- (130) Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
- (131) Em 30.04.2014, o Senador Sérgio Petecão é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 94/2014-GLPMDB).
- (132) Em 30.04.2014, o Senador José Sarney é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 95/2014-GLPMDB).
- (133) Em 29.05.2014, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador José Sarney, na Comissão (Of. 116/2014-GLPMDB).

REUNIÕES ORDINÁRIAS:
SECRETÁRIO(A): EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA
TELEFONE-SECRETARIA: 3303-3972
FAX: 3303-4315

PLENÁRIO Nº 3 - ALA ALEXANDRE COSTA
TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: scomccj@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO
FEDERAL

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
54ª LEGISLATURA**

**Em 3 de junho de 2014
(terça-feira)
Após a 31ª Reunião Extraordinária**

PAUTA
32ª Reunião, Extraordinária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

	Deliberativa
Local	Sala de Reuniões nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal.

Recebido relatório do Item 2.

PAUTA

ITEM 1

OFICIO "S" Nº 4, de 2014

- Não Terminativo -

Comunica, em consideração ao disposto no art. 103-B, inciso XIII, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004, a aprovação da recondução do Senhor EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Relatório: Votação secreta.

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
[Avulso da matéria](#)
[Relatório](#)

ITEM 2

OFICIO "S" Nº 10, de 2014

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Ministra NANCY ANDRIGHI para compor o Conselho Nacional de Justiça, no período 2014-2016, em conformidade com o disposto no inciso II do art. 103-B da Constituição Federal.

Autoria: Superior Tribunal de Justiça

Relatoria: Senador Pedro Simon

Relatório: Votação secreta.

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
[Relatório](#)

1

RELATÓRIO Nº , DE 2014

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício “S” nº 4, de 2014 (Ofício nº 234, de 25/02/2014, do Presidente da Câmara dos Deputados, na origem), que *comunica, em consideração ao disposto no art. 103-B, inciso XIII, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004, a aprovação da recondução do Senhor EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA para compor o Conselho Nacional de Justiça.*



RELATOR: Senador **MOZARILDO CAVALCANTI**

I – RELATÓRIO

É submetida ao exame do Senado Federal a recondução do Senhor EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA, aprovada pelo Plenário da Câmara dos Deputados, para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em conformidade com o disposto no art. 103-B, inciso XIII, da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, relativa à reforma do Poder Judiciário.

Estabelecem o *caput* e o § 2º do citado art. 103-B que os membros daquele Conselho, ao qual cabe o controle externo do Poder Judiciário, serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta dos membros desta Casa, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Cabe a esta Comissão, de acordo com a Resolução do Senado Federal nº 7, de 2005, proceder à sabatina do indicado, para a sua recondução como membro do CNJ, cujo mandato, iniciado em 19 de junho de 2012, tem previsão de conclusão em 19 de junho de 2014.

Em obediência aos ditames desse diploma legal, o Senhor EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA encaminhou o seu *curriculum vitae*, que passamos a resumir.

Nascido em 28 de janeiro de 1981, na cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte, o indicado bacharelou-se em Direito, em 2004, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), conforme atesta cópia do documento às fls 17 do processo em exame.

Nesse mesmo ano, obteve habilitação na Ordem de Advogados do Brasil, seção do Distrito Federal (OAB/DF) e, em 2005, passou a integrar, como sócio, a Erick Pereira Advogados (EPA).

Em 2008, concluiu Mestrado em Direito na Universidade Católica de Brasília (UCB), com a apresentação da dissertação: “Criminalidade organizada transnacional: os limites entre os delitos de lavagem de dinheiro e receptação”.

Atualmente, exerce o magistério como professor e orientador da Pós-Graduação em Direito e Processo do Trabalho no Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB). Nessa instituição, é também professor do Curso de Graduação de Direito nas disciplinas Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho, conforme informado pelo indicado às fls. 4 do processo.

O indicado anexou cópias de certificados de participação em Cursos, Congressos, Seminários, Encontros, Fóruns em sua área de atuação e também declarações que informam ter sido orientador de trabalhos de conclusão de curso de graduação de Direito e participante de várias bancas examinadoras desse curso.

Destaca, ainda, como produção, três artigos sobre assuntos jurídicos, de sua autoria, publicados em 2006 e 2008, em jornais de circulação diária da cidade de Natal-RN.

Em atendimento ao art. 5º da mencionada Resolução nº 7, de 2005, o indicado apresentou as seguintes declarações:



- a) que não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até terceiro grau inclusive, de membro ou servidor da Câmara dos Deputados (fl 8);
- b) que não está cumprindo sanções criminais ou administrativo-disciplinares, nem figura em quaisquer procedimentos dessa natureza atualmente em curso (fl. 11);
- c) que não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, nem cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até terceiro grau inclusive, de membros desses Poderes (fl. 9);
- d) que renuncia ao direito de integrar lista sêxtupla para concorrer ao ingresso em tribunal referente à vaga do Quinto constitucional, durante o mandato junto ao Conselho Nacional de Justiça e até dois anos após o seu término (fl. 10). Cabe lembrar, todavia, que essa exigência, contida no inciso VI do art. 5º da citada Resolução, foi revogada.

Em atendimento ao art. 383 do Regimento Interno desta Casa, com redação dada pela Resolução nº 41, de 29 de agosto de 2013, do Senado Federal, o indicado apresentou declarações que informam que:

- a) possui os seguintes parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional: seu irmão e sua mãe são advogados;
- b) que é sócio da empresa Erick Pereira Advogados, mas se encontra licenciado;
- c) que não figura como autor ou réu em ações judiciais.

Diante do exposto, entendemos que os Senhores Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional de Justiça.



4

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





SENADO FEDERAL

OFÍCIO “S” Nº 4, DE 2014

Of. nº 234/14/SGM-P

Brasília, 25 de fevereiro de 2014.

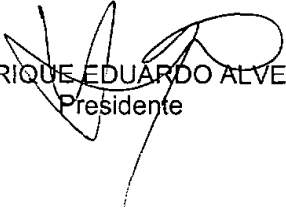
A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Assunto: Indicação para o Conselho Nacional de Justiça

Senhor Presidente,

Considerando o disposto no art. 103-B, inciso XIII, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004, comunico a Vossa Excelência que, em sessão realizada no dia 18 de fevereiro de 2014, o Plenário desta Casa aprovou a recondução do Senhor EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Atenciosamente,


HENRIQUE EDUARDO ALVES
Presidente

Ofício s/nº, de 2014

Brasília, _____ de 2014

Senhor Presidente,

Os Líderes abaixo assinados, de acordo com as normas regimentais pertinentes e tendo em vista o que dispõe o inciso XIII do art. 103-B da Constituição Federal, vêm indicar, para recondução ao Conselho Nacional de Justiça, pela Câmara dos Deputados, o nome do Senhor **Emmanuel Campelo de Souza Pereira**, Curriculum vitae anexo.

Atenciosamente,

Eduardo Alves - PMDB

[Handwritten signature]
PSE

[Handwritten signature]
PMN

[Handwritten signature]
Vice-líder do PT
Fátima Bezerra - PT/RN

[Handwritten signature]
Líder PTB

[Handwritten signature]
Líder PSD

[Handwritten signature]
Vice-líder do PPS

[Handwritten signature]
PB-PROJ

Ao
Excelentíssimo Senhor
Deputado Henrique Eduardo Alves
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
NESTA

[Handwritten signature]
Líder PSB

[Handwritten signature]
PSDB

[Handwritten signature]
DEM

[Handwritten signature]
PPS


Secretaria-Geral da Mesa SESP 14/Fev/2014 09:14
Pontos: 4553
Ass.: Manuete
Gr. Ass.: Lidiane

Emmanoel Campelo de Souza Pereira

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/6304450336397650>
Última atualização do currículo em 25/11/2013


Conselheiro Nacional de Justiça. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2003) e Mestre em Direito pela Universidade Católica de Brasília (2008). Professor do Curso de Direito pelo Centro Universitário IESB (Instituto de Educação Superior de Brasília) nas disciplinas de Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho. Professor da Pós-Graduação em Direito Material e Processual do Trabalho pelo Centro Universitário IESB (Instituto de Educação Superior de Brasília). **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome Emmanoel Campelo de Souza Pereira 
Nome em citações bibliográficas PEREIRA, Emmanoel Campelo de Souza

Endereço

Formação acadêmica/titulação

2005 - 2008 Mestrado em Direito (Conceito CAPES 3).
Universidade Católica de Brasília, UCB/DF, Brasil.
Título: CRIMINALIDADE ORGANIZADA TRANSNACIONAL: OS LIMITES ENTRE OS DELITOS DE LAVAGEM DE DINHEIRO E RECEPÇÃO, Ano de Obtenção: 2008.
Orientador:  Antenor Pereira Madruga Filho.
Palavras-chave: Recepção; Crime organizado transnacional; Lavagem de dinheiro.
Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público / Especialidade: Direito Penal.
Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público / Especialidade: Direito Processual Penal.
Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público / Especialidade: Direito Internacional Econômico.

1999 - 2003 Graduação em Direito.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Brasil.

1996 - 1998 Ensino Médio (2º grau).
Central de Aulas Particulares.

Atuação Profissional

Conselheiro Nacional de Justiça, CNJ, Brasil.

Vínculo institucional

2012 - Atual Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Conselheiro, Regime: Dedicção exclusiva.

Instituto de Educação Superior de Brasília, IESB, Brasil.

Vínculo institucional

2011 - Atual

Vínculo: Celetista formal, Enquadramento Funcional: Professor da Pós-Graduação

Outras informações

Professor e Orientador da Pós Graduação em Direito e Processo do Trabalho.

Vínculo institucional

2009 - Atual

Vínculo: Celetista formal, Enquadramento Funcional: Professor da Graduação, Carga horária: 5

Outras informações

Professor de Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho. Orientador nas disciplinas de Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho.

Erick Pereira Advogados, EPA, Brasil.

Vínculo institucional

2005 - Atual

Vínculo: Societário, Enquadramento Funcional: Sócio, Carga horária: 40

Áreas de atuação

Idiomas

Inglês

Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.

Espanhol

Compreende Bem, Fala Razoavelmente, Lê Bem, Escreve Razoavelmente.

Produções

Produção bibliográfica

Textos em jornais de notícias/revistas

1. ★ **PEREIRA, Emmanoel Campelo de Souza** . Estamos vendo os primeiros resultados da Lei de Lavagem de Dinheiro. Diário de Natal - O Poti, Natal/RN, p. 4 - 6, 10 out. 2008.
2. ★ **PEREIRA, Emmanoel Campelo de Souza** . Neocriminalidade banalizada. Tribuna do Norte, Natal/RN, 02 ago. 2008.
3. ★ **PEREIRA, Emmanoel Campelo de Souza** . A condescendência estimula o terror. o Jornal de Hoje, Natal/RN, 14 jun. 2006.

Apresentações de Trabalho

1. **PEREIRA, Emmanoel Campelo de Souza** . RDC: Melhorias nos Serviços de Contratação Pública. 2013. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).
2. **PEREIRA, Emmanoel Campelo de Souza** . Medidas Disciplinares a Atletas. 2013. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).
3. **PEREIRA, Emmanoel Campelo de Souza** . A Nova Lei de Lavagem de Dinheiro. 2012. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).
4. **PEREIRA, Emmanoel Campelo de Souza** . FILOSOFIA, DIREITO E A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO. 2011.

(Apresentação de Trabalho/Congresso).

5. **PEREIRA, Emmanoel Campelo de Souza** . Lavagem de Dinheiro. 2010. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).

Bancas

Participação em bancas de trabalhos de conclusão

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1. AGUIAR, Marco Aurélio; **PEREIRA, Emmanoel Campelo de Souza**. Participação em banca de ANA CAROLINA SILVA CARVALHO. A incompatibilidade dos institutos da contribuição sindical compulsória e da liberdade sindical. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto de Educação Superior de Brasília.
2. AGUIAR, Marco Aurélio; **PEREIRA, Emmanoel Campelo de Souza**. Participação em banca de CAMILA PITANGA BARRETO. Assédio sexual e outras figuras de apelo sexual no ambiente de trabalho. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto de Educação Superior de Brasília.
3. RESENDE, Ulisses Borges de; **PEREIRA, Emmanoel Campelo de Souza**. Participação em banca de FERNANDO LEITE DE GODOY. Algumas Proposições de Melhoria na Atuação do Poder Judiciário. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto de Educação Superior de Brasília.
4. ASSUNCAO, A. A.; **PEREIRA, Emmanoel Campelo de Souza**; RESENDE, Ulisses Borges de. Participação em banca de GABRIEL EVANGELISTA LADEIRA. O suicídio como fenômeno Social - uma análise sobre a obra de Ernie Durkheim. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto de Educação Superior de Brasília.
5. RESENDE, Ulisses Borges de; **PEREIRA, Emmanoel Campelo de Souza**. Participação em banca de GLAUCIA DE BARROS ALVES. Artigo 384 da CLT - Do Intervalo de 15 minutos antes da hora extraordinária da Mulher. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto de Educação Superior de Brasília.
6. ASSUNCAO, A. A.; RESENDE, Ulisses Borges de; **PEREIRA, Emmanoel Campelo de Souza**. Participação em banca de GLÊNIA DE ALMEIDA DOURADO. Processo Administrativo Disciplinar: uma análise referente às infrações disciplinares praticadas por servidores Públicos Federais. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto de Educação Superior de Brasília.
7. MAFRA, Paulo; **PEREIRA, Emmanoel Campelo de Souza**. Participação em banca de RAÍSSA MESSIAS DE LIMA DIAS. Danos morais e a problemática do quantum indenizatório. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto de Educação Superior de Brasília.
8. AGUIAR, Marco Aurélio; **PEREIRA, Emmanoel Campelo de Souza**. Participação em banca de Juliana Maria Ferraz Fernandes. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NOS CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO: UM ESTUDO ACERCA DOS ARGUMENTOS FAVORÁVEIS E CONTRÁRIOS À RESPONSABILIZAÇÃO.. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior de Brasília.
9. MAFRA, Paulo; **PEREIRA, Emmanoel Campelo de Souza**. Participação em banca de Magally de Oliveira. CIRURGIA PLÁSTICA ESTÉTICA NO ÂMBITO CÍVEL. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior de Brasília.
10. PALAU, Diogo; **PEREIRA, Emmanoel Campelo de Souza**. Participação em banca de Gabriel Ferreira Gambôa. MONITORAMENTO DO CORREIO ELETRÔNICO NO AMBIENTE DE TRABALHO. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior de Brasília.
11. CORRÊA, José Rossini Campos de Couto; **PEREIRA, Emmanoel Campelo de Souza**. Participação em banca de Valéria de Souza Alves. DESPENALIZAÇÃO DO USO DE DROGAS: ANÁLISE DA POLÍTICA CRIMINAL QUE CIRCUNDA O ART. 28 DA LEI Nº 11.343/06.. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior de Brasília.

12. PALAU, Diogo; **PEREIRA, Emmanoel Campelo de Souza**. Participação em banca de Anna Caroline Mendonça. SÚMULA 331 TST O INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E A RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior de Brasília.

13. GODOY, Paulo Ernão Catta Preta de; **PEREIRA, Emmanoel Campelo de Souza**. Participação em banca de Simone Kappel de Queiroz. O CRIME DE ESTUPRO E O CONCURSO MATERIAL DE DELITOS APÓS O ADVENTO DA LEI Nº 12.015, DE 7 DE AGOSTO DE 2009.. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior de Brasília.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1. Fórum Internacional Sobre Flexibilização no Direito do Trabalho. 2003. (Congresso).
2. Simulação das Organizações Internacionais. 2003. (Oficina).
3. Encontro Internacional de Ciências Criminais. 2002. (Congresso).
4. Simulação das Organizações Internacionais. 2002. (Oficina).
5. IV Congresso Brasileiro de Direito (Constitucional, Administrativo, Tributário e Gestão Pública). 2001. (Congresso).
6. Curso de Atualidades em Direito Penal e Processo Penal. 2001. (Seminário).

Orientações

Orientações e supervisões concluídas

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1. Sebastião Delmondes Neto. Responsabilidade Civil do Médico na Cirurgia Plástica. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Instituto de Educação Superior de Brasília. Orientador: Emmanoel Campelo de Souza Pereira.
2. Stephan Jordano Alves Farias Camelo. Responsabilidade Subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Instituto de Educação Superior de Brasília. Orientador: Emmanoel Campelo de Souza Pereira.
3. Fernanda Brito Lopes. A CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL DO TRABALHADOR RURAL FACE À EMENDA CONSTITUCIONAL 28/2000: VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior de Brasília. Orientador: Emmanoel Campelo de Souza Pereira.
4. Cíntia Ferreira Leite. A IMPLEMENTAÇÃO DA LIBERDADE SINDICAL NO BRASIL POR MEIO DA CONVENÇÃO Nº. 87 DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO OIT.. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior de Brasília. Orientador: Emmanoel Campelo de Souza Pereira.
5. Thiago de Oliveira Lima. TERCEIRIZAÇÃO: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO ESTADO PELOS ENCARGOS

TRABALHISTAS FACE AO 1º DO ART. 71 DA LEI 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993.. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior de Brasília. Orientador: Emmanoel Campelo de Souza Pereira.

6. Lêda Maria Silva Dudeck. TRABALHO INFANTIL NO MEIO ARTÍSTICO. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior de Brasília. Orientador: Emmanoel Campelo de Souza Pereira.

7. Arlete Helena de Souza Lima. TRABALHO INFANTIL NO MEIO ARTÍSTICO. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior de Brasília. Orientador: Emmanoel Campelo de Souza Pereira.

8. Bruna Prado da Silva. A DESPENALIZAÇÃO DO CRIME DE USO DE DROGAS DE ACORDO COM A LEI N. 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006.. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior de Brasília. Orientador: Emmanoel Campelo de Souza Pereira.

9. Paulo Cesar de Souza. A MULTA DE DEZ POR CENTO DO ARTIGO 475-J DO CPC NA EXECUÇÃO TRABALHISTA. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior de Brasília. Orientador: Emmanoel Campelo de Souza Pereira.

Educação e Popularização de C & T

Apresentações de Trabalho

1. **PEREIRA, Emmanoel Campelo de Souza** . Lavagem de Dinheiro. 2010. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).

DECLARAÇÃO

Eu, Emmanoel Campelo de Souza Pereira, brasileiro, casado, advogado, CPF 009.910.764-35 e RG 001.686.948/SSP/RN, declaro, nos termos do artigo 5º, inc. II, da Resolução n. 07/2005 do Senado Federal, que não sou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até terceiro grau, inclusive, de membro ou servidor da Câmara do Deputados.

Brasília/DF, 13 de fevereiro de 2 014.

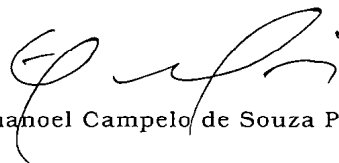


Emmanoel Campelo de Souza Pereira

DECLARAÇÃO

Eu, Emmanoel Campelo de Souza Pereira, brasileiro, casado, advogado, CPF 009.910.764-35 e RG 001.686.948/SSP/RN, declaro, nos termos do artigo 5º, inc. IV, da Resolução n. 07/2005 do Senado Federal, que não sou membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, nem cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes.

Brasília/DF, 13 de fevereiro de 2 014.




Emmanoel Campelo de Souza Pereira

DECLARAÇÃO

Eu, Emmanoel Campelo de Souza Pereira, brasileiro, casado, advogado, CPF 009.910.764-35 e RG 001.686.948/SSP/RN, declaro, nos termos do artigo 5º, inc. VI, da Resolução n. 07/2005 do Senado Federal, que renuncio ao direito de integrar lista sêxtupla para concorrer ao ingresso em tribunal referente à vaga do Quinto constitucional, durante o mandato junto ao Conselho Nacional de Justiça e até 2 (dois) anos após o seu término.

Brasília/DF, 13 de fevereiro de 2 014.

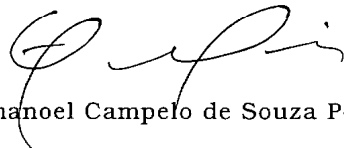


Emmanoel Campelo de Souza Pereira

DECLARAÇÃO

Eu, Emmanoel Campelo de Souza Pereira, brasileiro, casado, advogado, CPF 009.910.764-35 e RG 001.686.948/SSP/RN, declaro, nos termos do artigo 5º, inc. III, da Resolução n. 07/2005 do Senado Federal, que não estou cumprindo sanções criminais ou administrativo-disciplinares, nem figuro em quaisquer procedimentos dessa natureza atualmente em curso.

Brasília/DF, 13 de fevereiro de 2014.



Emmanoel Campelo de Souza Pereira

DECLARAÇÃO

Eu, **Emmanoel Campelo de Souza Pereira**, brasileiro, casado, advogado, CPF 009.910.764-35 e RG 001.686.948/SSP/RN, declaro, nos termos do **artigo 1º, inc. II, alínea "a", do Ato Nº 1 de 2007 da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal**, que possuo parentes que exercem atividades vinculadas à minha atividade profissional:

- a) Erick Wilson Pereira (irmão) – Advogado;
- b) Maria Cristina Campelo de Souza Pereira (mãe) – Advogada;

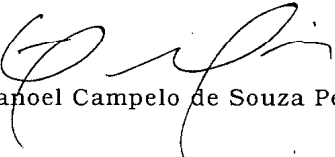
Brasília/DF, 13 de fevereiro de 2 014.


Emmanoel Campelo de Souza Pereira

DECLARAÇÃO

Eu, **Emmanuel Campelo de Souza Pereira**, brasileiro, casado, advogado, CPF 009.910.764-35 e RG 001.686.948/SSP/RN, declaro, nos termos do **artigo 1º, inc. II, alínea "b", do Ato Nº 1 de 2007 da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal**, que sou sócio da empresa Erick Pereira Advogados, estando atualmente licenciado em virtude das atribuições do Conselho Nacional de Justiça.

Brasília/DF, 13 de fevereiro de 2014.


Emmanuel Campelo de Souza Pereira

DECLARAÇÃO

Eu, Emmanoel Campelo de Souza Pereira, brasileiro, casado, advogado, CPF 009.910.764-35 e RG 001.686.948/SSP/RN, declaro, nos termos do **artigo 1º, inc. II, alínea "d", do Ato Nº 1 de 2007 da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal**, que não figuro como parte em processos cíveis ou criminais.

Brasília/DF, 13 de fevereiro de 2 014.



Emmanoel Campelo de Souza Pereira

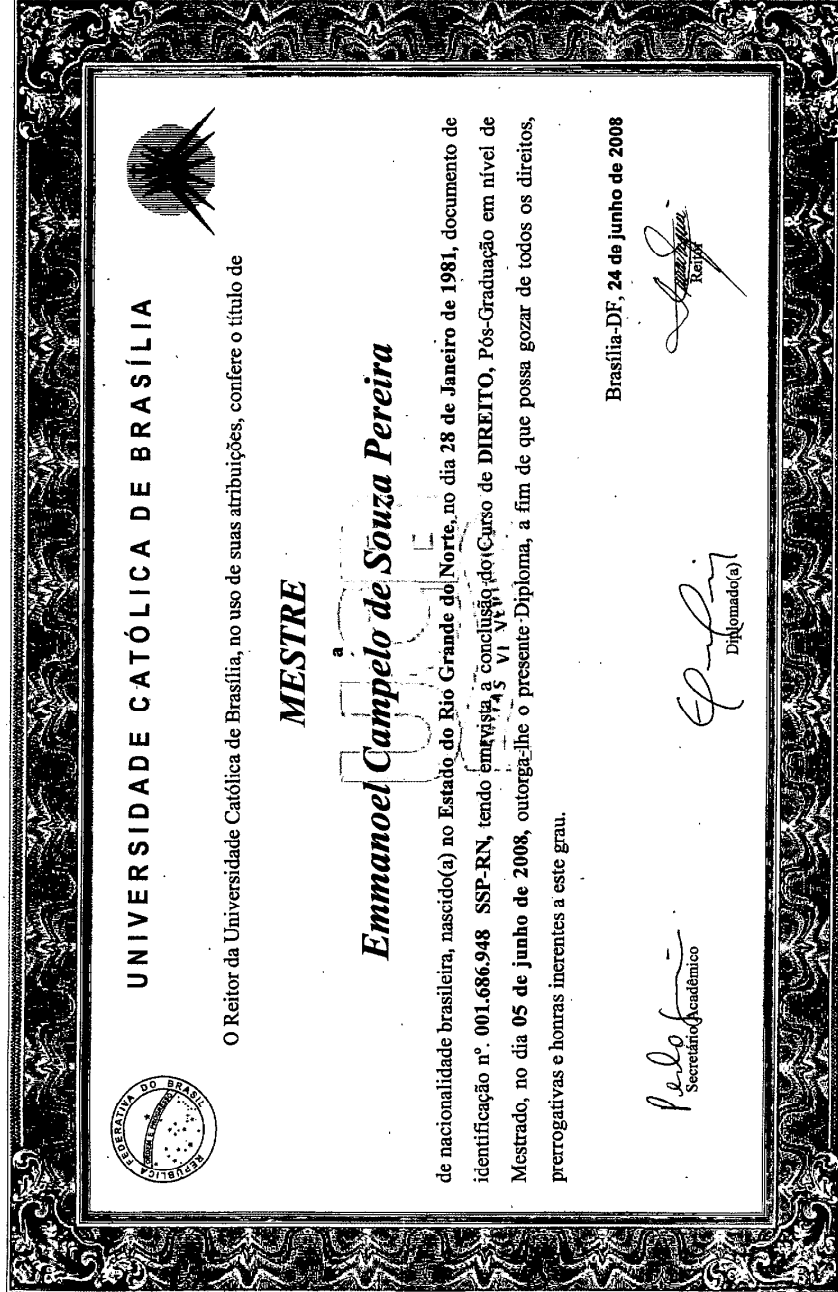
DECLARAÇÃO

Eu, **Emmanoel Campelo de Souza Pereira**, brasileiro, casado, advogado, CPF 009.910.764-35 e RG 001.686.948/SSP/RN, declaro, nos termos do **artigo 1º, inc. II, alínea “e”, do Ato Nº 1 de 2007 da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal**, que não atuei como magistrado, nem mesmo exerci qualquer cargo na magistratura, em juízos ou tribunais do país, exercendo atualmente, contudo, a função de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça.

Brasília/DF, 13 de fevereiro de 2 014.



Emmanoel Campelo de Souza Pereira





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

O Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do **Curso de Direito**, em 29/04/2004, confere o título de **Bacharel em Direito** a

Emmanuel Campelo de Souza Pereira

Brasileiro, natural do Estado do Rio Grande do Norte, nascido em 28 de janeiro de 1981, e outorga-lhe o presente diploma, para que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Natal, 29 de abril de 2004.

Mirza Medeiros dos Santos
 Mirza Medeiros dos Santos
 Diretora do Depto. de Adm. Escolar

José Ivoldo do Régio
 José Ivoldo do Régio
 Reitor

Diplomado
 RG 1.686.948 - SSP/RN.



UFRN
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Ordem dos Advogados do Brasil
Seção do Distrito Federal

Certificado de Habilitação no
EXAME DE ORDEM

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Distrito Federal, e o Presidente da Banca Examinadora CERI (E/CAM), para fins previstos no inciso IV do artigo 8º da Lei nº 8.906, de 01.07.1994, e na forma do disposto no artigo 8º do Provimento nº 817 de 16.04.1996 do Conselho Federal, que o Bacharel em direito

EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA

prestou o Exame de Ordem e obteve aprovação, estando habilitado a requerer sua inscrição no quadro da Ordem dos Advogados do Brasil.

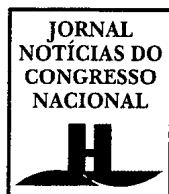
Brasília-DF, 20 de Outubro de 2004

Processo nº: 938

Paulo Roberto Moglia Thompson Flores
PRESIDENTE DA BANCA EXAMINADORA



Estefânia Viveiros
Estefânia Ferreira de Souza de Viveiros
PRESIDENTE



Não confiamos em Deus

JORNAL NOTÍCIAS DO CONGRESSO NACIONAL

INSTITUTO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS BRASILEIRO – IDELB

Órgão Oficial de Comunicação Social do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB

Ano II – Nº 9 – Julho / Agosto / Setembro – 2013

EDITORIAL

O *Jornal Notícias do Congresso Nacional* é o órgão oficial de comunicação social do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB, deixando evidente que sua proposta é ser diferente dos demais, sobressaindo-se, principalmente, pela qualidade e pela eficiência das informações nele contidas. Traz de maneira prática e objetiva a história do Brasil.

É destinado a divulgar as ações de jornalismo, *marketing* e responsabilidade social e institucional do Poder Executivo e do Poder Judiciário, dando ênfase, especialmente, ao importante trabalho técnico-operacional desenvolvido pelo Poder Legislativo no que tange ao trabalho legislativo praticado pelas Comissões Permanentes e Temporárias do Congresso Nacional, instaladas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

A missão deste veículo, *Jornal Notícias do Congresso Nacional*, é oportunizar a divulgação dos trabalhos técnicos desenvolvidos no âmbito do Poder Legislativo, pelos seus membros no Congresso Nacional, no cumprimento de sua missão de legislar, fiscalizar e legitimar o poder estabelecido, em nome da sociedade brasileira, bem como na defesa plena dos valores de pioneirismo, integridade, independência, excelência na qualidade das informações prestadas com responsabilidade, visando sempre à valorização das pessoas, da liberdade de expressão e das instituições democráticas do Estado de Direito.

Acreditamos que as informações contidas nesta publicação contribuirão para o processo de amadurecimento e desenvolvimento da sociedade brasileira, de maneira que esta venha a exercer o seu pleno direito de cidadania participativa, na qualidade de uma sociedade fiscalizadora dos poderes constituídos, para que venhamos a desfrutar um futuro melhor, com maior dignidade e justiça social para todos os brasileiros.

O *Jornal Notícias do Congresso Nacional* traz ao público leitor sua contribuição inarrredável, imprimindo, assim, a história do Brasil nos bastidores do Poder Legislativo, vindo a preencher uma lacuna, visando a manter a sociedade informada das ações técnicas operacionais praticadas pelo sistema bicameral do Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, sendo este o poder guardião e garantidor do Estado Democrático de Direito, legitimado pela representação parlamentar, a autêntica expressão de poder de um povo e de uma forte e soberana nação.

Com dinamismo profissional, idealismo e perseverança, desenvolvemos um trabalho difícil e árduo, em que contamos com a importante proteção de DEUS e a colaboração de parlamentares, parceiros profissionais e patrocinadores, sendo recompensados pelo magnífico resultado alcançado.

Boa leitura a todos e até a próxima edição! Um grande abraço!

Dr. JOSUÉ DOS SANTOS FERREIRA
 Editor do *Jornal Notícias do Congresso Nacional*
 Jornalista Responsável – (DRT nº 36.203/SP)
 Membro da Associação Brasileira de Jornalistas – (ABJ nº 1.076)
 Escritor, Autor da obra acadêmica *Os Meandros do Congresso Nacional* –
Como interagir e participar das atividades legislativas brasileiras
 Fundador e Presidente Nacional do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB
 E-mail: presidente@idelb.org.br / Site: www.idelb.org.br

NESTA EDIÇÃO:

Dilma Rousseff

Presidenta do Brasil

A Presidenta sancionou sem vetos a lei que define organização criminosa

Barack Obama

Presidente dos Estados Unidos da América
 Estados Unidos e Brasil: parceria econômica saudável e próspera

Rei Abdullah Ibn Abdul Aziz Al-Saud

Reino da Arábia Saudita

Uma visão global sobre a economia progressista da Arábia Saudita

O PODER LEGISLATIVO É O SUSTENTÁCULO PLENO DA LIBERDADE E DA DEMOCRACIA, PILARES FUNDAMENTAIS DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.

EXPEDIENTE

ANO II - Nº 8 - Julho / Agosto / Setembro - 2013

O *Jornal Notícias do Congresso Nacional* é uma publicação trimestral do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro - IDELB. Todos os direitos são reservados.

Nossa missão está baseada na defesa plena dos valores de pluralidade, integridade, independência, excelência na qualidade das informações prestadas com responsabilidade, viés imparcial e valorização das pessoas, e da liberdade de expressão e das instituições democráticas do Estado de Direito.

Editor e jornalista responsável: JOSUÉ DOS SANTOS FERREIRA - (DRT nº 36.203/SP)

Colaboração especial: Alécio Damilata

Projeto gráfico e diagramação: Fábio Martins

Imagem e Ilustrações: Aronzo Carlos Souza

Revista: 20 mil cópias

Distribuição e circulação: Nacional

PODER EXECUTIVO: Presidência da República, Vice-presidência da República, Ministérios, Governos Estaduais e Prefeituras Municipais.

PODER LEGISLATIVO: Congresso Nacional, Câmara dos Deputados, Senado Federal, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais.

PODER JUDICIÁRIO: Supremo Tribunal Federal, Conselho Nacional de Justiça, Superior Tribunal de Justiça, Superior Tribunal Militar, Tribunal Superior do Trabalho, Superior Tribunal Eleitoral e Tribunal de Contas da União.

REPRESENTAÇÕES DIPLOMÁTICAS: Embaixadas e Consulados Especiais no Brasil.

ORGANISMOS INTERNACIONAIS COM REPRESENTAÇÃO NO BRASIL: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime - UNODC, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, Organização das Estados Americanas - OEA, Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, Grupo Interacional para a Repressão e o

das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, Organização das Estados Americanas - OEA, Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, Grupo Interacional para a Repressão e o

Desenvolvimento - Banco Mundial - BIRD e Fundo Monetário Internacional - FMI.

ENTIDADES DE CLASSE: Confederação Nacional da Indústria - CNI, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN, Associação Nacional das Fabricantes de Insumos Químicos - ANFIPA, Sindicato de Indústria de Construção Pareda de Calado de São Paulo - SINCESP, Federação do Comércio do Estado de São Paulo - FECCOMERCIO-SP, Associação Brasileira de Indústrias e Comércio de Base - ABIB, Sindicato de Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo - SIMPI, União da Indústria de Cereais - UNICA, Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE, Ordem dos Advogados do Brasil - OAB-SP, Ordem dos Parlamentares do Brasil - OPB e Agência Nacional de Petróleo - ANP - Setores de Petróleo, Gás Natural, Biocombustíveis e Energia Renováveis.

EMPRESAS ESTATAIS: Banco do Brasil S/A, Caixa Econômica Federal - CEF, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - Correios, Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS, Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, Banco Central do Brasil - BACEN, Empresa Brasileira de Comunicação S/A - EBC e Companhia de Comunicação Social de Presidência da República - FCCOM.

PÚBLICO-ALVO: Autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; Empresários, Estudantes e Profissionais; Representantes de Entidades de Classes e Corpo Diplomático.

Tiragem: 20 mil exemplares

Endereço: Avenida Mário Lúcio Leite, 1.800 - 12º andar - Conjunto 1.201 - Condomínio Nova América Office Park - CEP 04754-010 - Santo Amaro - São Paulo - SP - Brasil

Tel: (11) 5081-1000

E-mail: ideb@ideb.org.br - Site: www.ideb.org.br

* Não são de responsabilidade do *Jornal Notícias do Congresso Nacional* os conteúdos que constam nas notas e nos artigos assinados. Não há responsabilidade sobre qualquer conteúdo publicado nesta edição.

** Toda informação de caráter essencial de fontes oficiais, assinadas e lidas assinadas por esse editor tem como base de pesquisa as fontes oficiais governamentais e privadas, bem como organismos internacionais.

JORNAL
NOTÍCIAS DO
CONGRESSO
NACIONAL



Nos confiamos em Deus



IDELB
INSTITUTO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS BRASILEIRO

ATUAÇÃO INSTITUCIONAL DO CNJ: TRANSPARÊNCIA, MODERNIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DO JUDICIÁRIO

Criado pela Emenda Constitucional nº 45, em 2004, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) faz parte da reforma do Poder Judiciário. Com exatos oito anos de atuação, completados em julho deste ano, o CNJ protagonizou importantes conquistas na defesa de um ideal de Justiça, que se harmoniza com o desejo do povo brasileiro, ávido por mudanças e por um Poder Judiciário que abandonasse as práticas anárquicas e arcaicas, marcadamente presentes no serviço público.

Nesse contexto, o CNJ avocou, desde o início, a qualidade de órgão de planejamento e coordenação de diversas iniciativas, que objetivam aprimorar a atuação do Poder Judiciário mediante a melhoria do acesso à Justiça; a colibição da prática do nepotismo e dos salários milionários; a correção da atuação funcional criminosa ou fraudulenta de magistrados; o estabelecimento de metas nacionais; a divulgação de boas práticas; e o conhecimento de Justiça, em números.

No controle e no planejamento administrativo do Poder Judiciário, o CNJ contabilizou avanços e retrocessos rumo à seu amadurecimento, de forma que se caracteriza hoje como um importante pilar na concretização da justiça, contando com a confiança e o entusiasmo da maior parte da população.

Por meio do intercâmbio de experiências e boas práticas, o CNJ auxilia os tribunais na modernização e no ajuste de procedimentos, especialmente mediante o desenvolvimento do Processo Judicial Eletrônico (PJe), que tem como principal meta combater a morosidade, um dos maiores problemas apontados em pesquisas que avaliam o Poder Judiciário.

Incompatível com o princípio da razoável duração do processo, a morosidade é agravada pelo sistema processual vigente, em especial pela demorada comunicação dos atos processuais, pelos prazos e pelos inúmeros mecanismos que autorizam o alongado

desenvolvimento do processo. Entretanto, no ambiente virtual, os processos tendem a se desenvolver com maior rapidez, como já sucede com relação ao próprio sistema do CNJ, que só admite petição eletrônica e autoriza a visualização e atuação no processo vinte e quatro horas, todos os dias da semana. O advogado Raul Havadar resume as expectativas ao afirmar que, "com a informática e os meios de comunicação, estamos perto de ver uma justiça verdadeiramente democrática".

Outra grande frente de atuação do CNJ está concentrada na Comissão Permanente de Acesso à Justiça e Cidadania, que, entre diversos projetos, desenvolve ações relacionadas à Conciliação e Mediação, como mecanismos para desafogar o Judiciário e solucionar permanente e rapidamente os conflitos de interesse.

O projeto supracitado, que em seu nascedouro, em 2006, se chamava "Conciliat é legal", experimentou diversos aprimoramentos e hoje conta com inúmeras ações, que vão desde semanas anuais de conciliação em todo o país, passando por conferências e campanhas nacionais, até a entrega de prêmios e a promoção de cursos destinados à capacitação de magistrados e servidores para atuação em gerenciamento e solução de conflitos.

No fim de 2010 foi editada a Resolução nº 125, pelo então Presidente do STF e CNJ Cezar Peluso, a qual dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de Tratamento dos Conflitos de Interesse, visando especialmente consolidar mecanismos consensuais de solução dos litígios.

Alinhamento e integração dos órgãos do Judiciário, fiscalização e correção do seus membros e processos; eficiência operacional e atuação institucional exemplar são as macroações que orientam o planejamento estratégico do CNJ.

O que se constata, portanto, é um grande esforço no sentido de atribuir maior eficácia e modernidade ao Poder Judiciário, com

redobrado cuidado para compor uma atuação eficiente, que desperte na população a confiança necessária para a entrega satisfatória da Justiça, razão de existir da atuação do Judiciário.

Por outro lado, a conjuntura atual evoca a necessidade premente de transparência na res pública. Já não se admite, a nenhum dos poderes, manter reserva de informações, ocultar ou mascarar os pontos fracos, perdurar hermeticamente fechado em si mesmo. Com o Poder Judiciário não poderia ser diferente, na medida em que a segurança jurídica depende também da compreensão que as pessoas têm das decisões judiciais.

Com a recente divulgação de diversificados dados do Judiciário, foi possível verificar tanto as deficiências estruturais quanto o elevado número de processos em andamento em cada órgão do Poder em todo o país. A evidência de que o Judiciário é tão diverso e plural é o que permite hoje a geração de programas que tendem a homogeneizar, ao máximo, as práticas nos diversos Estados.

Entretanto, ainda perdura imensa diferença entre as Justiças, em especial porque são diferentes as fontes orçamentárias que subsidiam o Judiciário Federal e o Judiciário dos Estados, mas o alinhamento se torna mais efetivo a cada dia.

O mais importante papel do CNJ, nesse aspecto, é tornar conhecidas as circunstâncias do Poder Judiciário, com lealdade e veracidade, a fim de fortalecer os vínculos do povo com as metas de justiça que podem auxiliar o país a dar um selo qualitativo ainda maior na concretização de seu ideal democrático.

Confiança e segurança são sinônimos gêmeos, irmanados, obtidos a partir de evidências concretas da atuação coerente e digna de cada servidor e de cada magistrado que compõem a estrutura do Poder Judiciário nacional. Atuar para o fortalecimento desse vínculo, em prol de um Judiciário melhor, é o papel do CNJ.

Artigos

Neocriminalidade banalizada

Publicação

Publicação: 02 de Agosto de 2008 às 00:00

tamanho do texto A+ A-

Recomendar Cadastre-se para ver o que seus amigos recomendam.

0

0

Emmanoel C. S. Pereira - Advogado

O crime organizado e a "lavagem" de dinheiro são delitos de grandes proporções na vida moderna e estão tão intimamente relacionados, que se confundem, uma vez que o branqueamento de capitais é o meio pelo qual as organizações criminosas podem dispor livremente de seus ganhos ilícitos. Esse, sem dúvida, é o resultado mais indesejado da globalização econômica, uma vez que o crime organizado corrompe as estruturas estatais e gera grande instabilidade na economia formal, representando ameaça à soberania dos Estados. Tal ameaça se constata pela força do montante que o crime movimenta e pelo poder corruptor que enseja, infiltrando-se nos negócios estatais, comprando funcionários que deveriam ser servidores públicos ao invés de comparsas das organizações criminosas.

A lavagem de dinheiro é uma forma de neocriminalização ainda pouco compreendida. Sob uma ótica pragmática, é o processo em virtude do qual um conjunto de bens de origem delitiva se integra ao sistema econômico legal com aparência de haver sido obtido de forma lícita. Ou seja, é um processo de operações destinado a ocultar a verdadeira proveniência dos benefícios ilícitos e tem como objetivo eliminar quaisquer vestígios sobre sua origem criminosa.

Os profissionais liberais, especialmente os contadores e advogados, vêm demonstrando uma grande preocupação com a prática desses delitos por parte de seus clientes. E inúmeros questionamentos têm surgido, a exemplo de como esses profissionais deveriam agir para não serem contaminados por uma eventual cadeia criminosa. Entre as recomendações, a principal é a adoção da política do know your client que já vem sendo aplicada no mundo empresarial financeiro.

Recentemente, temos observado a realização de diversas operações, notadamente pela Polícia Federal, com o objetivo de identificar grupos criminosos e práticas de "lavagem" de dinheiro. Apesar do empenho e da competência dos órgãos de investigação, o sucesso de tais ações estará na dependência com que se pautam, especialmente, pelo respeito às leis e pela discrição. Nem sempre tal sucede. A repercussão exagerada em fase investigativa pode redundar injusta e atentatória às instituições e aos cidadãos, sendo perfeitamente possível que, no curso da investigação, seja comprovada a inocência de vários, senão de todos os investigados. Mas, dada a exacerbada publicidade que se deu no início de determinada operação, a autoridade poderá se sentir na obrigação de, posteriormente, denunciar todos os envolvidos.

Tal abuso na difusão dos fatos banaliza o processo investigativo, retirando-lhe a seriedade e o caráter solene

<http://tribunadonorte.com.br/noticia/neocriminalidade-banalizada/82967>

plantão +lidas +comentadas

- 07:50 Prêmio Nobel da Paz classifica como massacre episódios ocorridos nos últimos dias no Egito
- 07:36 Casa da Ribeira recebe espetáculo de dança-teatro
- 07:35 Tem dinheiro aí !!!
- 07:33 América anuncia reforço para 2012.
- 07:25 MP investigará condições de salubridade em Alcaçuz
- 07:24 Polícia prende acusado de matar agricultor em Apodi
- 07:01 Secretário Rodrigo Cintra entrega descritivo de viagens para a Câmara
- 07:00 Série B: Nenhum time foi rebaixado com 50 pontos

+ + notícias

Agora, o leitor pode enviar vídeos, imagens ou matérias e vê-los publicados em uma editoria exclusiva do portal: o VC notícia.

ENVIAR SUA NOTÍCIA >>

ENTREVISTA EMMANOEL CAMPELO PEREIRA

Demonstrou a relação entre o crime organizado transnacional e a preocupação que o cres-

RISSARA CORREIA DA SILVA DE O. RIM

Dinheiro de Natal. De onde vem o mesmo "lavaragem de dinheiro"?

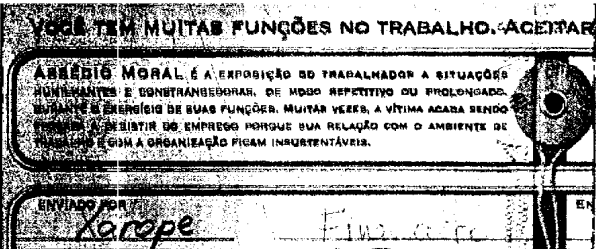
Como esse crime se configura? Não é qualquer delito que pode ser utilizado para a lavagem de dinheiro?

Na legislação brasileira funciona dessa forma, e como é no exterior?

ser objetivo, mas que estabelecer que determinadas condutas serão lavagens de dinheiro e os delitos, recepções.

isso é difícil o processo? Não é possível o processo, ação que dá segurança.

Quando não se trata de lavagem de dinheiro mas sim de fraude de lavagem de dinheiro?



Quando não se trata de lavagem de dinheiro mas sim de fraude de lavagem de dinheiro?

Polícia Federal não tem relação a atuação dos crimes em si, ou a vítima e o preparo das suas ações.

UPIS

Graduação e Pós-Graduação

A UPIS, através do seu Departamento de Direito, agradece ao eminente Conselheiro **EMMANOEL CAMPELO**, do Conselho Nacional de Justiça, pela brilhante palestra ministrada na **SEMANA JURÍDICA DE 2012**, realizada no auditório da Instituição.

Brasília, 21 de agosto de 2012.

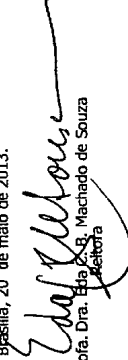
ESDRAS DANTAS DE SOUZA
Chefe do Departamento de Direito



CERTIFICADO

A Reitora do **Centro Universitário IESB**, no uso das suas atribuições, certifica que o **Excelentíssimo Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, Professor Mestre Emmanoel Campelo de Sousa**, participou da **V Semana Jurídica**, organizada pela Coordenação do Curso de Direito, na qualidade de Debatedor, no painel intitulado: **Medidas disciplinares a atletas**, no dia 20 de maio de 2013.

Brasília, 20 de maio de 2013.


Profa. Dra. Eda Z. B. Machado de Souza
Reitora



CERTIFICADO

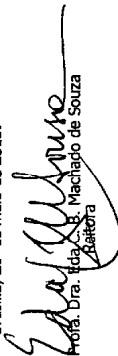
A Reitora do **Centro Universitário IESB**, no uso das suas atribuições, certifica que o

Excelentíssimo Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, Professor Mestre

Emmanuel Campelo de Sousa,

participou da **V Semana Jurídica**, organizada pela Coordenação do Curso de Direito, na qualidade de Debatedor, no painel intitulado: **RDC: Melhorias nos Serviços de Contratação Pública**, no dia 20 de maio de 2013.

Brasília, 20 de maio de 2013.


Prof. Dra. Eda C. S. Machado de Souza
Reitora

Fundação Escola
Superior do Ministério
Público do Estado
do Rio Grande do Norte



Centro de Estudos
e Aperfeiçoamento Funcional
do Ministério Público do Estado
do Rio Grande do Norte

CERTIFICADO

Certificamos que EMMANOEL CAMPELO DE S PEREIRA participou do

CURSO DE ATUALIDADES DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL,

promovido pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte - FESMP/RN e pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF/MPRN, realizado no período de 2 junho de 2001, com carga horária de 10 HORAS-AULA.

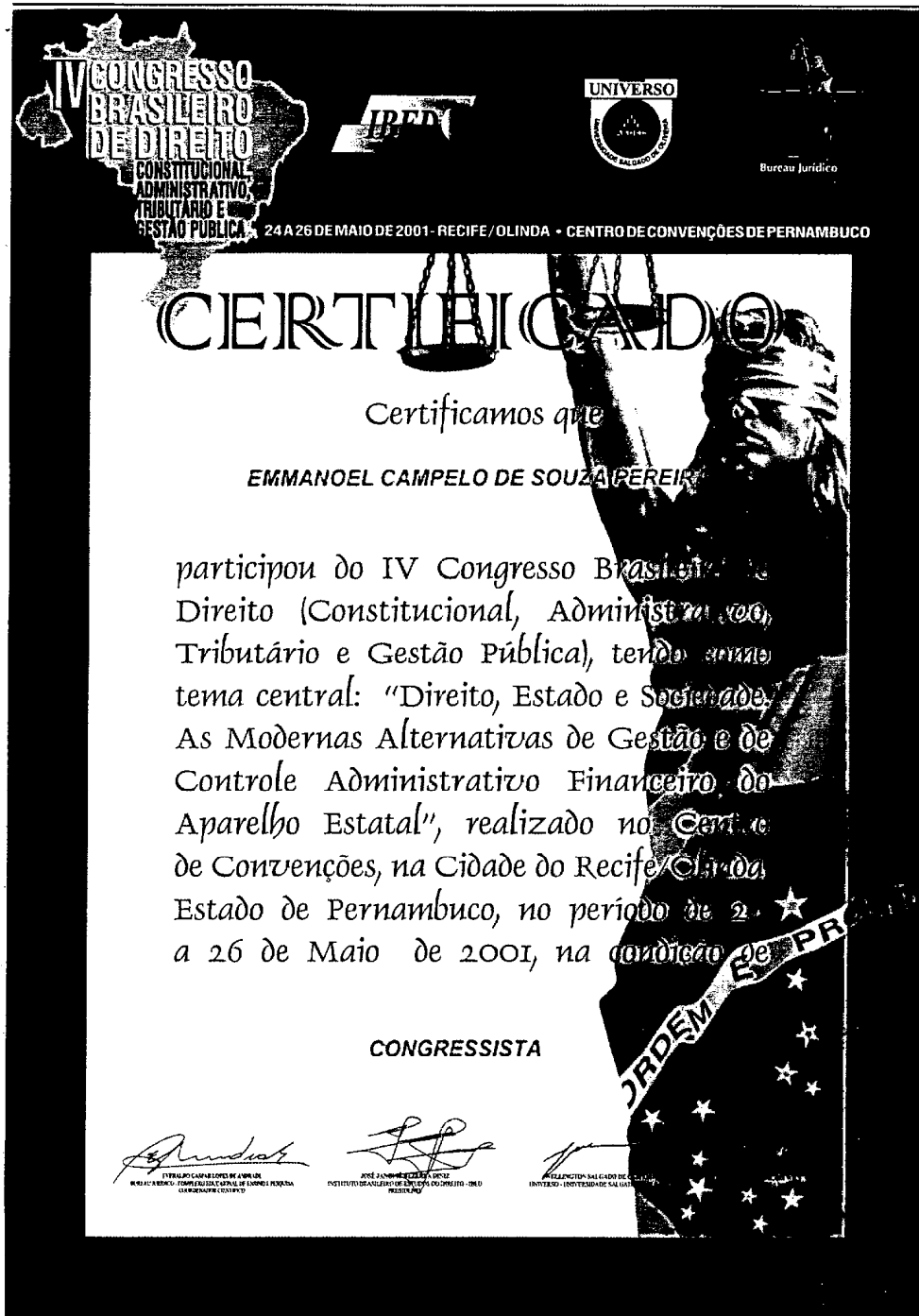
Natal 02 de junho de 2001.


Anísio Marinho Neto
Procurador-Geral de Justiça/RN


Ledyza Carmo Maia
Diretora da FESMP/RN

PROGRAMAÇÃO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	PROFESSORES	CARGA HORÁRIA
"Novos Princípios do Direito Penal". "A Imputação Objetiva". "Aspectos da Reforma do Código Penal (Parte Geral), e do Código de Processo Penal". "As Novas Tendências do Direito Penal Moderno".	Dr. Fernando Capez	10 h/a



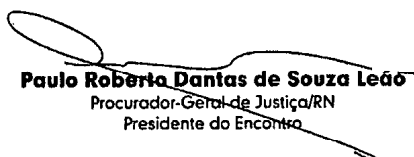


ENCONTRO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS CRIMINAIS
Uma Abordagem Interdisciplinar sobre a Criminalidade

Certificado

Certificamos que EMANOEL CAMPELO DE SOUZA

participou do Encontro Internacional de Ciências Criminais, promovido pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte-FESMP/RN e pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais-IBCCRIM, realizado no período de 04 a 06 de abril de 2002, com carga horária de 25 horas-aula.


Paulo Roberto Dantas de Souza Leão
 Procurador-Geral de Justiça/RN
 Presidente do Encontro


Ledy Gama Maia
 Diretora da FESMP/RN
 Coordenadora Geral do Evento



Fundação Escola
 Superior do Ministério
 Público do Estado
 do Rio Grande do Norte



Instituto
 Brasileiro
 de Ciências
 Criminais

Natal, Rio Grande do Norte - Brasil
Centro de Convenções de Natal - 04, 05 e 06 de abril de 2002

**FÓRUM INTERNACIONAL SOBRE FLEXIBILIZAÇÃO NO
DIREITO DO TRABALHO**

Certificado

O Tribunal Superior do Trabalho, a Academia Nacional de Direito do Trabalho e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho conferem a

EMMANOEL CAMPELO DE S. PEREIRA

o presente certificado de participação no Fórum Internacional Sobre Flexibilização no Direito do Trabalho, realizado nos dias 7, 8 e 9 de abril de 2003, nesta capital, com a carga de 25 horas/aula.

Brasília-DF, 9 de abril de 2003.

AB
Ministro Vantuil Abdala
Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de
Magistrados do Trabalho

97
Ministro Francisco Fausto de Medeiros
Presidente do TST

Ministério Peduzzi
Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Academia Nacional de Direito do Trabalho




CENTRO UNIVERSITÁRIO IESB

COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que o professor **Emmanuel Campelo de Sousa Pereira** participou como **Professor Orientador**, da/s Banca/s de Defesa Pública de Trabalho/s de Conclusão de Curso no 1º semestre de 2010, conforme descrito no verso deste documento.

Brasília, 21 de maio de 2013.


Profª Dra Any Ávila Assunção
Coordenadora do Curso de Graduação e
Tecnologia em Direito do IESB

Any Ávila Assunção
Coordenadora do Curso de Direito

ALUNO	TITULO DO TRABALHO	ORIENTADOR	AVALIADOR 1	AVALIADOR 2
Thiago De Oliveira Lima	Terceirização: Responsabilidade Subsidiária do Estado Pelos Encargos Trabalhistas do Poder Público Face ao Inciso 1º do Art. 71 da Lei 8666/93	Emmanuel Campelo de Sousa Pereira	Denise Oliveira	
Arlete Helena	Trabalho Infantil	Emmanuel Campelo de Sousa Pereira	Arnaldo Godoy	
Cynthia Ferreira Leite	A Implementação da Liberdade Sindical no Brasil por Meio de Convenção Nº 87 Da OIT	Emmanuel Campelo de Sousa Pereira	Arnaldo Godoy	
Fernanda Brito Lopes	A Contagem do Prazo Prescricional do Trabalhador Rural Face a EC 28/2000: Violação ao Princípio da Isonomia	Emmanuel Campelo de Sousa Pereira	Denise Oliveira	
Bruna Prado Da Silva	A Despenalização Do Crime Do Uso De Entorpecentes De Acordo Com A Lei Nº 11.343 De Agosto De 2006	Emmanuel Campelo de Sousa Pereira	Denise Oliveira	
Léda Maria	Trabalho Infantil	Emmanuel Campelo de Sousa Pereira	Arnaldo Godoy	
Paulo César De Souza	Multa de Dez por Cento do Artigo 479 do CDC na Execução Trabalhista	Emmanuel Campelo de Sousa Pereira	Renata Malta Vilas Boas	




CENTRO UNIVERSITÁRIO IESB
COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que o professor **Emmanuel Campelo de Sousa Pereira** participou como **Professor Orientador**, da/s Banca/s de Defesa Pública de Trabalho/s de Conclusão de Curso no 2º semestre de 2010, conforme descrito no verso deste documento.

Brasília, 21 de maio de 2013.


Profª Dra Any Ávila Assunção
Coordenadora das Cursos de Graduação e
Pós-Graduação em Direito do IESB

Any Ávila Assunção
Coordenadora do Curso de Direito

ALUNO	TITULO DO TRABALHO	ORIENTADOR	AVALIADOR 1	AVALIADOR 2
Matheus de Figueiredo Corrêa da Veiga	Trabalho Escravo	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira	Denise Aparecida Rodrigues Pinheiro de Oliveira	
Maria Gorete Dos Santos	Assédio Moral No Ambiente De Trabalho: O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira	Denise Aparecida Rodrigues Pinheiro de Oliveira	
Queile A. De Carvalho	A Natureza de Responsabilidade no Acidente de Trabalho.	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira	Denise Aparecida Rodrigues Pinheiro de Oliveira	
Alexandre Rader	Artigo: Da Possibilidade de Aplicação da Lide do Processo Trabalhista.	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira	Marco Aurélio Aguiar Barreto	
Gustavo Taitson Rondon	Subjetividade da Caracterização da Condição Degradante.	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira	Paulo Sérgio Pontes da Silva Mafra	
Iara Alves Da Silva Moreira Lima	A Prisão Preventiva da Face da Lei 11.340/2006.	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira	Paulo Sérgio Pontes da Silva Mafra	
Juscelino Frota Cavalcante	A Ilegalidade da Avaliação Psicológica em Concurso Público.	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira	Paulo Sérgio Pontes da Silva Mafra	
Luiz Isaó Kameko Neto	Assédio Moral No Trabalho.	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira	Paulo Sérgio Pontes da Silva Mafra	



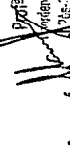
CENTRO UNIVERSITÁRIO IESB

COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que o professor **Emmanuel Campelo de Sousa Pereira** participou como **Professor Orientador**, das Bancas/s de Defesa Pública de Trabalho/s de Conclusão de Curso no 1º semestre de 2011, conforme descrito no verso deste documento.

Brasília, 21 de maio de 2013.


Profª Dra Any Aylla Assunção
Coordenadora do Curso de Graduação e
Pós-Graduação em Direito do IESB

Any Aylla Assunção

Coordenadora do Curso de Direito

ALUNO	TITULO DO TRABALHO	ORIENTADOR	AVALIADOR 1	AVALIADOR 2
Laura Tatiana Vieira	Monitoramento de E-Mail No Ambiente De Trabalho.	Emmanoel Campelo de Souza Pereira	Denise Aparecida Rodrigues Oliveira	
Rayssa Evelynne Almeida Da Silva	Assédio Moral Nas Empresas de Call - Center.	Emmanoel Campelo de Souza Pereira	Denise Aparecida Rodrigues Oliveira	
Jeferson Zeidan Da Silva	Mutação Constitucional.	Emmanoel Campelo de Souza Pereira	Denise Aparecida Rodrigues Oliveira	
Ana Pontelia França Lopes	A Aplicação da Legislação Na Terceirização de Serviços Nas Concessionárias Públicas.	Emmanoel Campelo de Souza Pereira	Nildete Santana de Oliveira	Denise Aparecida Rodrigues Oliveira



CENTRO UNIVERSITÁRIO IESB
COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que o professor **Emmanoel Campelo de Sousa**, participou como Professor Orientador, da/s Banca/s de Defesa Pública de Trabalho/s de Conclusão de Curso do 2º semestre de 2011, realizada/s entre os dias 26 de outubro a 03 de dezembro do corrente ano, conforme descrito no verso deste documento.

Any Ávila Assunção
Coordenadora do Curso de Direito

Brasília, 12 de dezembro de 2011.

Miguel Iván Mendonça Carneiro
Assessor da Unidade de Apoio ao TCC

ALUNO	TITULO DO TRABALHO	ORIENTADOR	AVALIADOR 1	AVALIADOR 2
Sebastião Delmondes Neto	Responsabilidade Civil do Médico na cirurgia plástica	Emmanoel Campelo de Sousa	Nataly E. Konno Rocholl	
Stephan Jordano Alves Farias Camelo	Responsabilidade subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços.	Emmanoel Campelo de Sousa	Miguel Iván Mendonça Carneiro	



CENTRO UNIVERSITÁRIO IESB
COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que o professor **Emmanoel Campelo de Sousa Pereira** participou como **Professor Avaliador**, da/s Banca/s de Defesa Pública de Trabalho/s de Conclusão de Curso no 1º semestre de 2010, conforme descrito no verso deste documento.

Brasília, 21 de maio de 2013.

PROF.ª DRA ANY ÁVILA ASSUNÇÃO
Coordenadora dos Cursos de Graduação e
de Pós-graduação em Direito do IESB

Any Ávila Assunção
Any Ávila Assunção

Coordenadora do Curso de Direito

ALUNO	TITULO DO TRABALHO	ORIENTADOR	AVALIADOR 1	AVALIADOR 2
Gabriel Ferreira Gambôa	Monitoramento do Correio Eletrônico	Diogo Palau Flores dos Santos	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira	
Anna Carolina Mendonça	O Inadimplente das Obrigações Trabalhistas e a responsabilidade subsidiária da Administração Pública	Diogo Palau Flores Santos	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira	
Isabel Cristina L. Fernandes	Direito Protestativo de dispensa Coletiva	Gáudio Ribeiro de Paula	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira	
Valéria de Sousa Alves	Despenalização do Uso de Drogas Ilícitas	José Rossini Campos do Couto Corrêa	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira	
Juliana Maria Ferraz Fernandes	Responsabilidade Subsidiária da Administração Pública nos Contratos de Terceirização: Um estudo de acerca dos argumentos Favoráveis e Contrários á	Marco Aurélio Aguiar Barreto	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira	
Magally De Oliveira	Cirurgia Plástica Estética no Âmbito Civil	Paulo Sérgio Pontes da Silva Mafra	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira	



CENTRO UNIVERSITÁRIO IESB

COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que o professor **Emmanuel Campelo de Sousa Pereira** participou como **Professor Avaliador**, das Bancas de Defesa Pública de Trabalho/s de Conclusão de Curso no 2º semestre de 2010, conforme descrito no verso deste documento.

Brasília, 21 de maio de 2013.

Profª Dra Any Ávila Assunção
Coordenadora dos Cursos de Graduação e
215, Coordenação em Vitória do IESB

Any Ávila Assunção

Coordenadora do Curso de Direito

ALUNO	TITULO DO TRABALHO	ORIENTADOR	AVALIADOR 1	AVALIADOR 2
Jair Antônio Da Costa	Fraude no Seguro Desemprego	Marco Aurélio Aguiar Barreto	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira	
Ismael José Correa Barcellos	Assedio Moral nas Relações de Trabalho	Marco Aurélio Aguiar Barreto	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira	
Lidiane Teixeira Guimarães	Considerações Sobre o Contrato de Trabalho Do Atleta Profissional Jogador	Marco Aurélio Aguiar Barreto	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira	
Antônio Júlio Brito Lopes	Razoabilidade na sua Aplicação no Contrato de Trabalho do Jogador de Futebol	Marco Aurélio Aguiar Barreto	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira	
Jaqueline Marques Toro Araújo	O Cadastro de Empregados Instituído Pela Portaria Nº540	Marco Aurélio Aguiar Barreto	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira	
Paulo Ribeiro Branco Junior	Limites da Responsabilidade Civil das Empresas Aéreas Pelos Danos aos Passageiros Decorrentes dos Atrasos e Cancelamentos dos Voos no Brasil	Atalaí Correia	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira	
João Gustavo Alencar Veras	Imunidade de Execução Fiscal Contra Estados Estrangeiros	Diogo Palau Flores dos Santos	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira	




CENTRO UNIVERSITÁRIO IESB
COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que o professor **Emmanuel Campelo de Sousa Pereira** participou como **Professor Avaliador**, da/s Banca/s de Defesa Pública de Trabalho/s de Conclusão de Curso no 2º semestre de 2010, conforme descrito no verso deste documento.

Brasília, 21 de maio de 2013.


Profª Dra Any Ávila Assunção
Coordenadora dos Cursos de Graduação e
Pós Graduação em Direito de IESB

Any Ávila Assunção
Coordenadora do Curso de Direito

ALUNO	TITULO DO TRABALHO	ORIENTADOR	AVALIADOR 1	AVALIADOR 2
Edinalda De Araújo Matias	Pesquisa com Embrifões e o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.	Diogo Palau Flores Dos Santos	Emmanuel Campelo de Sousa Pereira	
Alexandre Magalhaes Diniz	A Nova Lei Antidrogas e Sua (In) Aplicabilidade na Justiça Militar da União	Luis Camargo	Emmanuel Campelo de Sousa Pereira	
Patrick Bandie Ramos	Convenção 169 Da OIT e sua Aplicação no Brasil	Luis Camargo	Emmanuel Campelo de Sousa Pereira	
Ítalo De Sousa Dumon Dantas	Elementos Indiciários da Redução a Condição Análoga a Escravo no Meio Rural	Luis Camargo	Emmanuel Campelo de Sousa Pereira	
José Luiz De Oliveira	A Exploração do Trabalho Infantil no Brasil	Luis Camargo	Emmanuel Campelo de Sousa Pereira	

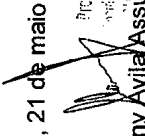


CENTRO UNIVERSITÁRIO IESB
COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que o professor **Emmanuel Campelo de Sousa Pereira** participou como **Professor Avaliador**, da/s Banca/s de Defesa Pública de Trabalho/s de Conclusão de Curso no 1º semestre de 2011, conforme descrito no verso deste documento.

Brasília, 21 de maio de 2013.


Profª Dra Any Avila Assunção
Coordenadora dos Cursos de Graduação e
Especialização em Direito IESB

Any Avila Assunção
Coordenadora do Curso de Direito

ALUNO	TITULO DO TRABALHO	ORIENTADOR	AVALIADOR 1	AVALIADOR 2
Cleyciane de Sousa Lima	A Aplicação da Querela Nullitatis à Sentença Transitada Em Julgado E O Conflito Entre A Relativização Da Coisa Julgada E A Garantia Constitucional Da Segurança Jurídica	Any Ávila Assunção	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira	
Rodrigo Lettieri Fonseca	A Constitucionalidade Do Artigo 71, Parágrafo 1º Da Lei De Licitações E Contratos Nº8. 666/1993 Em Confronto Com A Súmula 331, Iv Do Tribunal Superior Do Trabalho.	Gáudio Ribeiro de Paula	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira	
Rachel Marques de Carvalho Gomes	Assedio Moral No Serviço Público: Como se Prevenir e Defender	Nildete Santana de Oliveira	Denise Aparecida De Oliveira	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira
Marcos Alberto Lima	A Modalidade Licitatória Pregão: Vantagens à Administração Pública	Any Ávila Assunção	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira	Adisson Taveira Leal



CENTRO UNIVERSITÁRIO IESB

COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que o professor **Emmanuel Campelo de Sousa Pereira** participou como **Professor Avaliador**, da/s Banca/s de Defesa Pública de Trabalho/s de Conclusão de Curso no 2º semestre de 2011, conforme descrito no verso deste documento.

Brasília, 21 de maio de 2013.

Associação
Professores do Curso de Direito e
do Curso de Engenharia de
Computação e Informática

Any Ávila Assunção

Coordenadora do Curso de Direito

ALUNO	TÍTULO DO TRABALHO	ORIENTADOR	AVALIADOR 1	AVALIADOR 2
Carlos Alberto Alves Lemes	'Súmula Vinculante Nº 11: Uma Análise Jurídica A Cerca Do Uso De Algemas	Any Ávila Assunção	Weber Lima Bonfim	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira
Fernanda Lopes Correa	A Aplicabilidade Do Instituto Da Prescrição Intercorrente Na Execução Trabalhista	Marco Aurélio Aguiar Barreto	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira	
Gabriela Beikisse Câmara Rocha Tavares	Institucionalidades Tributárias Do Novo Regime De Precatórios	Clécio Santos Nunes	Rogério Oliveira Anderson	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira
Jamille Santos Machado	A Responsabilidade Civil Do Estado Em Relação Aos Crimes Cometidos Presos Beneficiados Com A Saída Temporária.	Rogério Oliveira Anderson	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira	
Janaina De Sousa Domingos	A Erradicação Do Trabalho Infantil No Brasil – Política Da Doutrina Integral À Criança E Ao Adolescente: Análise Quanto A Sua Efetividade	Marco Aurélio Aguiar Barreto	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira	
Yanna Chamone Farago Da Silva	A Influência Do Direito Penal Do Inimigo No Estado Democrático De Direito	Márcio Evangelista.	Paulo Emilio Catta Preta	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira
Patrícia De Oliveira Souza	A Duração Do Trabalho Do Trabalhador Doméstico	Gáudio Ribeiro De Paula	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira	



CENTRO UNIVERSITÁRIO IESB
COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que o professor **Emmanuel Campelo de Sousa Pereira** participou como **Professor Avaliador**, das Bancas de Defesa Pública de Trabalho/s de Conclusão de Curso no 2º semestre de 2012, conforme descrito no verso deste documento.

Brasília, 21 de maio de 2013.

Associação
de Defesa da Any Ávila Assunção
Instituição de Ensino Superior de Educação e
Cursos de Pós-Graduação em Direito (IESB)


Any Ávila Assunção

Coordenadora do Curso de Direito

ALUNO	TITULO DO TRABALHO	ORIENTADOR	AVALIADOR 1	AVALIADOR 2
Ana Carolina Silva Carvalho	A Incompatibilidade Dos Institutos Da Contribuição Sindical Compulsória E Da Liberdade Sindical	Marco Aurélio Aguiar Barreto	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira	
Camila Pitanga Barreto	Assédio Sexual e Outras Figuras De Apelo Sexual No Ambiente De Trabalho	Marco Aurélio Aguiar Barreto	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira	
Fernando Leite De Godoy	Algumas Proposições De Melhoria Na Atuação Do Poder Judiciário	Ulisses Borges De Resende	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira	
Gabriel Evangelista Ladeira	O Suicídio Como Fenômeno Social - Uma Análise Sobre A Obra De Emile Durkheim	Any Avila	Ulisses Borges De Resende	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira
Gláucia De Barros Alves	Artigo 384 Da CLT - Do Intervalo De 15 Minutos Antes Da Hora Extraordinária Da Mulher	Ulisses Borges De Resende	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira	
Glênia De Almeida Dourado	Processo Administrativo Disciplinar: Uma Análise Referente Às Infrações Disciplinares Praticadas Por Servidores Públicos Federais	Any Avila	Ulisses Borges De Resende	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira
Raissa Messias De Lima Dias	Danos Morais e a Problemática do Quantum Indenizatório.	Paulo Maíra	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira	



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

CONSELHEIRO EMMANOEL CAMPELO

2012/2013

Sumário

Apresentação

Comissões

Resoluções

Participação em Eventos

Realização de Eventos

Julgamentos monocráticos

Julgamentos plenários

Conclusão

CNJ

2013 Conselho Nacional de Justiça

Presidente Ministro Joaquim Barbosa
Corregedor Nacional de Justiça Ministro Francisco Falcão

Conselheiros Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Ana Maria Duarte Amarante Brito
Guilherme Calmon Nogueira da Gama
Flávio Portinho Sirangelo
Deborah Cicoci
Saulo José Casali Bahia
Rubens Curado Silveira
Luiza Cristina Fonseca Frischeisen
Gilberto Valente Martins
Paulo Eduardo Pinheiro Teixeira
Gisela Gondin Ramos
Emmanuel Campelo de Souza Pereira
Fabiano Augusto Martins Silveira

Secretário-Geral Juiz Fábio Cesar dos Santos Oliveira
Secretário-Geral Adjunto Juiz Marivaldo Dantas de Araújo
Juiz Auxiliar da Presidência Juiz Clenio Jair Schulze
Diretor-Geral Sérgio Pedreira

EXPEDIENTE

Projeto gráfico Eron Castro
Revisão Carmem Menezes

Outubro 2013
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
Endereço eletrônico: www.cnj.jus.br

Apresentação

Empossado em 19 de junho de 2012 para compor o Conselho Nacional de Justiça na vaga destinada ao representante da Câmara dos Deputados, empenhei-me na tarefa de exercer tão honrosa missão, colocando-me à disposição para compor as Comissões do CNJ que tratam de grandes temas de interesse do Poder Judiciário e, conseqüentemente, de toda a Nação.

Imbuído desse desiderato, passei a compor as seguintes comissões: Comissão Permanente de Acesso à Justiça e Cidadania, Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Infraestrutura e Comissão Permanente de Articulação Federativa e Parlamentar.

Simultaneamente com a participação nas sessões quinzenais de julgamento, nas quais há dezenas de processos pautados, assumi o acervo de processos disciplinares, consultas, pedidos de providências e demais processos em andamento no gabinete.

O presente relatório tem por objetivo informar a Vossas Excelências cada uma das atividades por mim desempenhadas neste período, em nome da Câmara dos Deputados, neste importante órgão de controle do Poder Judiciário e da magistratura.

Comissões

Comissão Permanente de Acesso à Justiça e Cidadania

Esta Comissão tem por objetivo promover capilaridade e democratização do acesso à Justiça, além de tornar mais efetiva a execução das decisões judiciais e promover inclusão social, desenvolvimento e conscientização do cidadão sobre direitos, deveres e valores.

Atualmente, esta Comissão incorpora as atribuições da extinta Comissão de Relacionamento Institucional, cabendo-lhe promover parcerias com outros poderes e organismos, além de promover a comunicação com o público externo.

Nesta Comissão, assumi a coordenação do Movimento Nacional pela Conciliação, que busca proporcionar a cada cidadão brasileiro um meio mais barato, rápido e eficiente de solucionar seus conflitos de interesse.

Presidida pelo Conselheiro Ney Freitas, a Comissão promoveu diversas ações, com destaque para iniciativas como o Registro Civil de Indígenas, Fórum da Saúde e Movimento Nacional da Conciliação.

Esta Comissão, alinhada com os temas importantes para este momento histórico, incentiva ações de cidadania, que perpassam questões de gênero, idade, etnia, além de relevantes aspectos como saúde, tráfico de pessoas e pessoas encarceradas.

Atualmente, esta Comissão está sob minha presidência e propõe-se a aprimorar os projetos anteriores, sem prejuízo da adição de outros, conforme discriminados na tabela a seguir.

PROGRAMA	PROJETOS
MOVIMENTO PERMANENTE PELA CONCILIAÇÃO Coordenação	Cursos de Formação em Mediação Semana Nacional da Conciliação Fórum Nacional de Mediação Judicial Prêmio Conciliar é Legal Competição Nacional de Mediação Conferência Nacional de Conciliação e Mediação
CIDADANIA, DIREITO DE TODOS	Registro Civil de Indígenas Casas de Justiça e Cidadania Resgate da Cidadania das Pessoas Idosas
COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA	Cooperação Judiciária Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
MOVIMENTO PERMANENTE DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR	Efetividade da Lei Maria da Penha Pesquisa sobre Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Campanha de Enfrentamento à Violência Doméstica
MOVIMENTO PERMANENTE PELO DIREITO À SAÚDE	Fórum da Saúde Eventos Relacionados à Judicialização da Saúde Resgate da Cidadania das Pessoas Moradoras em Hospitais Psiquiátricos
ADVOCACIA VOLUNTÁRIA	Programa de Assistência Judiciária
MELHORES PRÁTICAS DE CIDADANIA	Prêmio Melhores Práticas Prêmio Innovare Banco de Ações de Cidadania dos Tribunais

De tais projetos, destaco o Movimento Permanente pela Conciliação, que coordeno, com diversas iniciativas em andamento, procurando solucionar com efetividade os conflitos de interesses, promovendo a pacificação social e reduzindo a carga processual do Poder Judiciário.

Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Infraestrutura

Trata-se de Comissão estratégica fundamental para o Poder Judiciário, haja vista desenvolver programas para melhorar o desempenho dos tribunais de todo o País.

A Tecnologia de Informação compõe um grupo de estratégias do CNJ para facilitar o acesso à Justiça, promover a cidadania, integrar os tribunais de todo o Brasil, além de aprimorar as comunicações do Poder Judiciário com o Ministério Público, a advocacia, o jurisdicionado e a população em geral.

Entre as medidas adotadas nos últimos anos, constam o auxílio ofertado pelo CNJ mediante a entrega de recursos físicos e de capacitação para os tribunais e o desenvolvimento de documentação de sistemas interoperáveis, garantindo-se que as Justiças especializadas e dos Estados passem a ter desempenho mais igualitário.

Um dos projetos mais audaciosos percutidos atualmente pela Comissão é o Processo Judicial Eletrônico (PJe), o qual já se encontra implantado pela Justiça do Trabalho em todo o País, além de grande parte dos Tribunais de Justiça e dos Tribunais Regionais Federais. A Justiça Eleitoral e a Justiça Militar já aderiram e estão a iniciar as medidas para a sua implantação.

O PJe imprimirá agilidade no trânsito virtual dos processos e combaterá a morosidade, apontada como o mais grave problema do Judiciário atualmente.

Resoluções

No período de um ano, participei da votação de 27 (vinte e sete) Resoluções, de números 150 a 176, que tratam de diversos temas, entre os quais se destacam:

RESOLUÇÃO N. 152, de 06/07/2012 que dispõe sobre plantão judiciário, um tema recorrente no CNJ, em especial diante de fatos extraordinários que acontecem durante os plantões judiciários.

RESOLUÇÃO N. 154, de 13/07/2012, que estabelece política institucional para uso dos recursos angariados com a pena de prestação pecuniária. Essa Resolução atende a uma antiga celeuma no âmbito do Judiciário, em que os valores decorrentes da pena pecuniária tinham destinação casuística gerada pelo juiz e muitas vezes não se prestava às finalidades mais elevadas. A destinação, o controle e a aplicação dos valores formam um dos importantes “considerandos” desta Resolução.

RESOLUÇÃO N. 156, de 08/08/2012, que proíbe a designação, para cargo em comissão ou cargo de confiança, de pessoa que tenha praticado atos tipificados como causa de inelegibilidade na legislação eleitoral.

RESOLUÇÃO N. 158, de 22/08/2012, que institui o Fórum Nacional de Precatórios, visando aperfeiçoar a gestão de precatórios, tema recorrente no CNJ e causa de descontentamento dos credores das Fazendas Públicas.

RESOLUÇÃO N. 159, de 12/11/2012, que estabelece novas diretrizes para a formação de magistrados e servidores do Judiciário, tema relevante para a melhoria da prestação dos serviços judiciais em todo o País.

RESOLUÇÃO N. 160, de 19/10/2012, que determina aos tribunais a organização de Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos, como mecanismo moderno e fundamental para aprimorar a prestação jurisdicional e acelerar o julgamento definitivo dos processos. A matéria é fundamental nos tempos modernos, em que diversos temas são discutidos repetida-

mente no Judiciário, embora já tenha se consolidado jurisprudência que permitiria solução definitiva da demanda já em primeiro grau de jurisdição. Desde a instituição das Súmulas vinculantes no STF, a jurisprudência passou a ser importante fonte do direito, a evitar rediscussão de tema sobre o qual já não cabem dúvidas.

RESOLUÇÃO N. 163, de 13/11/2012, que cria o Fórum Nacional do Poder Judiciário e Liberdade de Imprensa, que tem como objetivos promover o levantamento estatístico das ações judiciais que tratem das relações de imprensa, estudar modelos para facilitar a compreensão de conflitos desta natureza e promover o aperfeiçoamento de magistrados sobre o tema, por meio das Escolas de Magistratura.

RESOLUÇÃO N. 165, de 16/11/2012, que dispõe sobre normas gerais para atendimento de adolescentes em conflito com a lei.

RESOLUÇÃO N. 170, de 26/02/2013, que disciplina a participação de magistrados em eventos culturais e jurídicos, subordinando a autorização aos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência.

Participação em Eventos

Como representante da sociedade civil, indicado para o mandato de dois anos (art. 103-B, XIII da CF), participei de vários eventos, dos quais destaco:

I – Representação do Judiciário Brasileiro:

Por duas oportunidades, representei o Judiciário Brasileiro (no Peru e na Costa Rica), nas quais participei do projeto: FORTALECIMIENTO Y POTENCIACION DE LOS MECANISMOS ALTERNATIVOS DE RESOLUCION DE CONFLICTOS (MASC) PARA DISMINUIR LA LITIGIOSIDAD Y FACILITAR EL ACCESO A LA JUSTICIA.

II – Competição Nacional de Mediação

Tomei parte na I Competição Nacional de Mediação, realizada pelo CNJ, em parceria com o TJDFT e Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, com a finalidade de estimular as faculdades jurídicas a estruturarem Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania em apoio aos Tribunais de Justiça e aos Tribunais Regionais Federais, em conformidade com a Resolução CNJ nº 125/10.

III – Regras de Concurso para Magistratura

Participei do Seminário para debater novas regras para ingresso na magistratura, onde se reuniram representantes dos diversos tribunais do Brasil, com finalidade precípua de propor normativo que substituísse a Resolução nº 75, editada pelo CNJ em maio de 2009.

IV – Programa de Valorização dos Magistrados

Integrei o programa: Juiz Valorizado, Justiça Completa, que tem por objetivo demonstrar que o CNJ não está atento apenas ao cumprimento de metas por juízes e desembargadores, mas também ao aspecto social e psicológico desses profissionais. Nesses encontros, os magistrados também apresentam críticas e sugestões, que poderão basear atos administrativos do Conselho, destinados a melhorar a imagem do cenário jurídico nacional.

V – Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

Fiz parte do III Encontro Nacional dos Núcleos de Conciliação, que contou com a participação dos coordenadores dos Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos – NUPEMEC's. Na ocasião houve o lançamento das cartilhas de divórcio (uma direcionada aos pais e outra aos filhos adolescentes), concebidas no intuito de auxiliar famílias fragilizadas que procuram o Judiciário na busca de solução de conflitos no âmbito familiar.

VI – Mediating The Litigated Case

Tomei parte do treinamento voltado para técnicas de mediação, ministrado pela Pepperdine University School of Law, realizado pela Escola Judicial do TRT da 10ª Região. Questão que ocupa grande parte da agenda da Comissão Permanente de Acesso à Justiça e Cidadania, empenhada em garantir que cada cidadão brasileiro encontre o meio mais barato, rápido e eficiente de solucionar seus conflitos de interesse.

VII – Seminário Juizados Especiais: Diagnósticos e Perspectivas.

Particpei do seminário que avaliou e ampliou conhecimentos e discussões sobre os juizados especiais, bem como apresentou e debateu dados sobre os Juizados Especiais Cíveis e da Fazenda Pública.

VIII – Metas Enasp

A Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública tem por objetivo promover a articulação dos órgãos responsáveis pela segurança pública, reunir e coordenar ações de combate à violência e traçar políticas nacionais na área. A iniciativa é resultado de parceria entre o CNMP, CNJ e Ministério da Justiça.

Realização de Eventos

Como parte da Política Nacional de Conciliação, por ocasião de minha designação para a Presidência da Comissão Permanente de Acesso à Justiça e Cidadania, balizado na Resolução CNJ nº 125, que trata da Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário, promovi os eventos a saber:

I – Formação de Supervisores em Mediação

No período de 11 a 13 de dezembro de 2013, organizei o Curso de Formação de Supervisores em Mediação, junto à Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, tendo por público alvo instrutores em mediação que já atuavam em todo o território nacional, tendo a iniciativa por objetivo melhorar a qualidade dos mediadores judiciais de todo o país.

Durante três dias de curso, os participantes trocaram experiências e receberam formação para acompanhar a formação de novos mediadores. Até 2014, o CNJ pretende habilitar 21 mil pessoas em técnicas de resolução de conflitos de forma não litigiosa, como parte da Política Nacional de Conciliação.

II – Formação de Instrutores em Oficinas de Divórcio e Parentalidade

Com finalidade análoga e no afã de capacitar magistrados, psicólogos e assistentes sociais em práticas conciliatórias, promovi em 9 de dezembro de 2013, no recinto da Segunda Turma do STF, o I Curso de Formação de Instrutores em Oficinas de Divórcio e Parentalidade.

A iniciativa teve por escopo estimular a mudança de paradigma para uma cultura de paz em dinâmicas familiares, fortalecendo a cultura das oficinas de pais e filhos, além de promover discussões por meio da identificação e potencialização de experiências judiciais e extrajudiciais voltadas à mediação e a conciliação nas varas de família.

III – Mediação de Família e Práticas Colaborativas

Com o propósito de promover o debate dos vários segmentos envolvidos com o sistema judicial para potencialização da utilização dos métodos consensuais de resolução de conflitos, com o apoio do TSE, ENM e IBDFam, promovi em 10 de dezembro de 2013, nas dependências do Tribunal Superior Eleitoral, a I Conferência Nacional de Mediação de Família e Práticas Colaborativas.

A conferência teve por objetivos, dentre outros:

- Estimular a construção de políticas públicas permanentes de mediação e conciliação junto à sociedade;
- Estimular o processo de formação de uma nova cultura voltada à pacificação social.
- Disseminar atividades de práticas autocompositivas inovadoras e criativas que contribuam para pacificação de conflitos com eficiência, agilidade e que obtenham resultados comprovados de aprimoramento no âmbito da Justiça.
- Promover o debate dos vários agentes envolvidos com o sistema judicial para potencialização da utilização dos métodos consensuais de resolução de conflitos pela sociedade.

IV – Formação de Instrutores e Supervisores em Mediação

Coordenei ainda cursos sediados pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, no período de 18 a 22 de novembro de 2013, nos quais participaram servidores de diversos tribunais - TJMT, TJSC, TRF 1ª REGIÃO, TJDFT, TJCE, TJRS, TJBA, TJRN, TJGO, TJMG e TJSP.

Importa observar que além de disseminar a cultura da pacificação, a conciliação tem como impacto social a redução na quantidade de ações e recursos que congestionam as instâncias ordinárias e os tribunais de todo o país.

Julgamentos monocráticos

Visando ao equacionamento célere das questões apresentadas ao CNJ, fiz opção pelo julgamento monocrático, com o permissivo regimental, o que permitiu atingir o percentual de 115% de processos baixados, em relação aos recebidos, incluindo os remanescentes da vaga.

Tais julgamentos, em sua grande maioria, foram acolhidos pelas partes e interessados, que deles não recorreram.

Julgamentos plenários

Participei integralmente de todas as 25 (vinte e cinco) Sessões Plenárias ocorridas ao longo do meu mandato até esta data, havendo julgado mais de 770 (setecentos e setenta) processos de naturezas diversas.

Conclusão

A primeira etapa deste mandato, em honra à escolha feita pelos Senhores Deputados, está cumprida com a responsabilidade que me cabe e a intenção de efetivamente contribuir para o aprimoramento do Poder Judiciário, seja nos seus aspectos estratégicos e institucionais, seja na conduta funcional de seus membros.

A dignidade do Poder Judiciário promove a confiança da população e pode gerar a necessária paz social, o bem-comum e o pleno desenvolvimento de todos.

Esperando contribuir ainda mais, ponho-me à disposição da Câmara Federal dos Deputados no CNJ.

Emmanoel Campelo de Souza Pereira



Conselheiro

Cidadão de notável saber jurídico, indicado pela Câmara dos Deputados

Data da Posse: 19 de junho de 2012.

Término do Mandato: 19 de junho de 2014.

Dados Pessoais

Nome: Emmanuel Campelo de Souza Pereira

Data de Nascimento: 28/1/1981

Natural da cidade de: Natal/RN

Formação Acadêmica

- Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN (1999/2003)
- Curso de Mestrado em Direito (2005/2008) pela Universidade Católica de Brasília

Funções Atuais

- Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça
- Presidente da Comissão Permanente de Acesso à Justiça e Cidadania
- Integrante da Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Infraestrutura
- Integrante da Comissão Permanente de Articulação Federativa e Parlamentar
- Professor e Orientador da Pós-Graduação em Direito e Processo do Trabalho desde 2011
- Professor de Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho desde 2009

Principais Atividades Exercidas

- Advogado
- Assessor Parlamentar da Câmara dos Deputados (2008-2011)

Palavras-chave: currículo, conselheiro, emmanoel campelo, composição, cnj

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Publicado no **DSF**, de 28/2/2014.

Secretaria de Editoração e Publicações - Brasília-DF

OS: 10591/2014

2

RELATÓRIO Nº , DE 2014

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício “S” nº 10, de 2014 (Ofício nº 952/GP, na origem), que indica a Ministra NANCY ANDRIGHI para compor o Conselho Nacional de Justiça, no período 2014-2016, em conformidade com o disposto no inciso II do art. 103-B da Constituição Federal.

RELATOR: Senador **PEDRO SIMON**

O Ex.^{mo} Sr. Ministro Felix Fischer, Presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), com base no art. 103-B, II, da Constituição Federal, encaminha ao Senado Federal, mediante o Ofício “S” nº 10, de 2014 (Ofício nº 952/GP, na origem), o currículo da Ex.^{ma} Sr.^a Ministra NANCY ANDRIGHI, indicada pelo referido Tribunal para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no período 2014-2016.

De acordo com o inciso II do art. 103-B da Carta Magna, o CNJ compõe-se de quinze membros, com mandato de dois anos, admitida uma recondução, dentre os quais um Ministro do STJ, indicado pelo respectivo Tribunal. O § 2º desse artigo reza que a autoridade indicada deverá ser nomeada pelo Presidente da República, após ter seu nome aprovado pela maioria absoluta do Senado Federal.

Os membros do CNJ têm a importante atribuição constitucional de realizar o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, zelando pela autonomia do Judiciário, pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura e pela observância dos princípios de legalidade,



SF/14277.86708-37

impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37 da Carta Magna).

A presente indicação reveste-se de importância adicional, tendo em vista que o Ministro do STJ indicado para o CNJ exerce, nesse Conselho, a função de Ministro-Corregedor, competindo-lhe receber reclamações e denúncias sobre magistrados e serviços judiciários e exercer funções de inspeção e correição geral, além de outras atribuições previstas no Estatuto da Magistratura.

Segue abaixo um resumo do *curriculum vitae* da Ex.^{ma} Sr.^a Ministra NANCY ANDRIGHI, encaminhado pelo STJ a esta Comissão.

Em sua atividade como magistrada, a Ministra NANCY ANDRIGHI foi Juíza de Direito do Estado do Rio Grande do Sul, de 1976 a 1980; Juíza de Direito do Distrito Federal, de 1980 a 1992; e Desembargadora do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), de 1992 a 1999. Atualmente é Ministra do STJ, desde outubro de 1999; Ministra do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), desde maio de 2010; Corregedora-Geral da Justiça Eleitoral, desde 2011; e Corregedora Nacional de Justiça para o biênio 2014-2016.

Na vida acadêmica, a Ministra é doutoranda em Direito Civil pela Universidade de Buenos Aires (UBA), Buenos Aires, Argentina; Mestre em Mediação pelo *Institut Universitaire Kurt Bösch*, Buenos Aires, Argentina, 2011; pós-graduada em Direito Civil pela Universidade Católica do Distrito Federal, 1999; pós-graduada em Processo Civil pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (Ceub); pós-graduada em Preparação à Judicatura pela Universidade do Vale dos Sinos (Unisinos), 1976; e Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio Grande do Sul, 1975.

Na área de docência universitária e de pós-graduação, a Ministra é professora titular do curso de Pós-graduação em Direito Processual Civil do Centro Universitário de Brasília (Uniceub), Brasília-DF; Coordenadora e professora do curso de Pós-graduação em Direito Processual Civil da Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal (AEUDF); professora de Direito Processual Civil da Escola Superior de Magistratura do Distrito Federal (DF); Coordenadora de Direito Processual Civil e professora da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT); professora de Direito Processual



Civil da Escola Superior da Advocacia da OAB-DF; e professora do curso de Pós-graduação em Direito Processual do CEUMA, Maranhão.

Além disso, a indicada, ao longo de sua carreira, proferiu inúmeras conferências e palestras sobre importantes temas jurídicos, tanto no Brasil como no exterior, conforme consta do processo de sua indicação nesta Comissão.

A Ministra possui também diversos livros publicados na área jurídica, dentre os quais destacamos: “Responsabilidade Civil e Inadimplemento no Direito Brasileiro, Editora Atlas, 2014; “Comentários à Nova Lei de Falências – arts 75 a 80”, Editora Forense, 2009 (coautoria); “Coexistência entre a Socioafetividade e a Identidade Biológica – uma reflexão”, publicado na Coletânea de Textos Jurídicos do IBDFAM/DF, 2007 (coautoria); “Comentários ao Código Civil”, Editora Forense, 2007 (coautoria); e “Breviário do Conciliador Judicial”, publicado em 2000.

Publicou ainda diversos artigos sobre Juizados Especiais, Arbitragem e Formas Alternativas de Solução de Conflito, bem como sobre temas jurídicos variados, todos relacionados no processo.

A indicada já recebeu várias condecorações, medalhas e homenagens, conforme rol expresso nos autos, evidenciando seu extraordinário trabalho desenvolvido em favor dos interesses do Poder Judiciário e da sociedade em geral.

Em atendimento ao art. 5º, IV, da Resolução do Senado Federal nº 7, de 2005, a indicada declara que não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo Federal, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou cônjuge, companheira ou parente em linha reta ou colateral, até terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes.

Ela declara também, em atenção ao art. 1º, II, *d*, do Ato nº 1, de 2007-CCJ, que não é autora ou ré de nenhuma ação em tramitação em nenhum órgão do Poder Judiciário; nos termos da alínea *e* do mesmo inciso, que ocupa, nos últimos cinco anos, o cargo de Ministra do STJ; e, com base na alínea *a* do referido inciso, que é irmã da Ex.^{ma} Sr.^a Desembargadora do TJDF, Dr.^a Vera Lúcia Andrighi.

Apresenta ainda a Ministra, conforme exige o art. 1º, III, do Ato nº 1, de 2007-CCJ, argumentação escrita mediante a qual ela



SF/14277.86708-37

demonstra ter experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade.

Constam, também, do processo certidões negativas de débitos trabalhistas e de processos originários cíveis e criminais do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Finalmente, deve-se acrescentar que a história de vida da Ministra Nancy Andrichi transcende o rito e o texto formais de um curriculum vitae. É que a Ministra Nancy é uma daquelas pessoas que não se contentam em viver a história. Nem mesmo em praticá-la na sua plenitude. Ela vai além: pela sua trajetória acadêmica e profissional, que percorre as diversas páginas que enumeram a sua experiência, é visível a opção por produzir a melhor história. No cultivo da vida, ela é semeadora de boas ideias. Um cultivo no tempo certo, porque o Brasil está, neste momento da sua história, repensando paradigmas, discutindo dogmas, reavaliando posturas. Um tempo de outras colheitas, alimentadoras do melhor Direito.

A aprovação do nome da Ministra Nancy Andrichi para o Conselho Nacional de Justiça vem no passo do grito das ruas. Um grito que não exige, necessariamente, a produção de novas sementes legais, mas a semeadura do aparato legal já existente. Uma semeadura sem discriminações. Uma semeadura sem a impunidade que fertiliza as nossas maiores mazelas políticas e sociais.

Assim, o voto favorável do Senado Federal para que a Ministra Nancy integre o CNJ, instituição fundamental no funcionamento de um Poder Judiciário que também, neste momento da história, modifica posturas, vai além de uma atitude meramente individual de cada um dos Senadores. Trata-se de uma exercício legal que contribui para a construção coletiva de um País onde todos possam exercer, na sua plenitude, os seus mais legítimos direitos.

Portanto, ao tomar posse no CNJ, a Ministra Nancy Andrichi não apenas acrescentará um item a mais ao seu já extenso currículo, agora numa função das mais elevadas no Poder Judiciário Brasileiro. Ela, mais uma vez, vai iniciar a semeadura em uma terra que, agora, tem se mostrado mais fértil nos campos do Direito.



SF/14277.86708-37

Ante o exposto, pensamos que os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de todas as informações e elementos necessários para deliberar sobre a indicação do nome da Ministra NANCY ANDRIGHI para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





SENADO FEDERAL

OFÍCIO “S”

Nº 10, DE 2014

Superior Tribunal de Justiça

À Comissão de Constituição,
Justiça e Cidadania. ✓
Em _____/_____/_____

Ofício n. 952/GP

Brasília, 27 de maio de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal
Brasília – DF

Assunto: Comunicação

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que, na sessão plenária realizada nesta data, a Ministra Nancy Andrighi foi indicada por esta Corte para compor o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2014/2016, em conformidade com o que dispõe o inciso II do art. 103-B da Constituição Federal.

Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Felix Fischer'.

Ministro Felix Fischer
Presidente

Superior Tribunal de Justiça

Ofício n. 953/GP

Brasília, 27 de maio de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
Ministro JOAQUIM BARBOSA
Presidente do Conselho Nacional de Justiça
Brasília – DF

Assunto: Comunicação

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que, na sessão plenária realizada nesta data, a Ministra Nancy Andrighi foi indicada por esta Corte para compor o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2014/2016, em conformidade com o que dispõe o inciso II do art. 103-B da Constituição Federal.

Informo, ainda, que o fato foi comunicado ao Senado Federal por meio do Ofício n. 952/GP.

Respeitosamente,



Ministro Felix Fischer
Presidente



I - Dados Pessoais.

Nome: Fátima Nancy Andrichi.

Naturalidade: Espumoso, Rio Grande do Sul.

Nascimento: 27 de outubro de 1952.

Filiação: Vivaldino Anthério Andrichi e Anary Ferri Andrichi.

Estado Civil: solteira.

Endereço Residencial: SQN 309, Bloco "N", Ap. 301 -
Brasília/DF.

Endereço Profissional: Superior Tribunal de Justiça - SAF/Sul -
Quadra 06 - lote 1 - Brasília/DF, telefone: 3319-7008.

Curriculum Vitae

Fátima Nancy Andrichi

Curriculum Vitae
Fátima Nancy Andrigli

II - Magistratura:

- ◇ Eleita Corregedora Nacional de Justiça para o biênio 2014/2016.
- ◇ Corregedora – Geral da Justiça Eleitoral, desde abril/2011.
- ◇ Ministra do Tribunal Superior Eleitoral, desde mai/2010.
- ◇ Ministra do Superior Tribunal de Justiça, desde out/1999.
- ◇ Desembargadora do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, 1992/1999.
- ◇ Juíza de Direito do Distrito Federal, 1980/1992 (aprovada em segundo lugar no concurso público para provimento de cargos de Juiz de Direito Substituto do Distrito Federal, 1980).
- ◇ Juíza de Direito do Rio Grande do Sul, 1976/1980 (aprovada em sétimo lugar no concurso público para

*Curriculum Vitae**Fátima Nancy Andriaghi*

provimento de cargos de Juiz de Direito Adjunto do Rio Grande do Sul, 1976).

- ◇ Autora da proposta formulada perante a Corte Especial do STJ que redundou na edição da Resolução n.º 2 de 25/01/2005, a qual confere, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, prioridade no julgamento dos processos cuja parte seja pessoa portadora de deficiência (vários Tribunais Estaduais, especialmente o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, adotaram a mesma resolução).

- ◇ Coordenadora Nacional Honorária do Fórum Nacional de Juizados Especiais Cíveis e Criminais – FONAJE.

- ◇ Idealizadora e co-participante da Instalação do Juizado Especial Preventivo – TECLAMAR, dez/2002.

- ◇ Coordenadora da Implantação e Funcionamento dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Distrito Federal, TJ/DF, mar/96.

- ◇ Idealizadora e Coordenadora da Implantação da Informatização das Sessões de Julgamento do segundo

*Curriculum Vitae**Fátima Nancy Andriaghi*

- grau de jurisdição do TJ/DF, com expedição do acórdão em tempo real, 1995.
- ◇ Coordenadora da Implantação e Funcionamento dos Juizados de Pequenas Causas, 1981.
 - ◇ Idealizadora e co-participante do Projeto “Conciliação no segundo grau de jurisdição do TJ/SP”, juntamente com o Presidente Desembargador Nigro Conceição e Desembargador Kazuo Watanabe.
 - ◇ Membro do Conselho Consultivo – Conselheira – do Tribunal Arbitral do Comércio do Estado de São Paulo.
 - ◇ Indicada pelo Presidente Nacional (Brasil) da *World Jurist Association*, Bernardo Cabral, para compor a “*World Jurist Association*”, 22/08/ 2001.
 - ◇ Relatora do Capítulo da Mulher no Judiciário e indicada pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal – STF para integrar a comitiva oficial brasileira para a Conferência “*Beijing + 5*”, como representante do Poder Judiciário brasileiro na ONU, em *New York*, jul/2000.

*Curriculum Vitae**Fátima Nancy Andighi*

- ◇ Convidada pelo *National Center of State Courts* e pela *United States Agency for International Development - USAID*, para prestar assistência à reforma do sistema judicial de Moçambique.

- ◇ Coordenadora dos trabalhos de Reforma do Código de Processo Civil de Moçambique, África, 1997.

- ◇ Designada pelo Supremo Tribunal Federal para representar o Brasil na V Conferência Mundial da Mulher promovida pela Organização das Nações Unidas, em Pequim/China, 1995.

- ◇ Participante do Curso intitulado "*Le rôle du juge dans les processus d'intégration regionale*", realizado em Trier - Alemanha pela *Académie de Droit Européen de Trièves*.

- ◇ Participante no Curso de Mediação - Formação de formadores em mediação - *Buenos Aires - Argentina*.

- ◇ Membro-fundador da Escola de Direito Comunitário do Mercosul, com sede em *Montevideo - Uruguai*.

*Curriculum Vitae**Fátima Nancy Andriaghi*

- ◇ Membro efetivo do Instituto de Direito Processual Ibero americano, com sede em *Montevideo* – Uruguai.

- ◇ Diretora da Escola Superior da Magistratura do Distrito Federal, em 1995 e nova gestão em 1999.

- ◇ Fundadora da Revista da Escola Superior da Magistratura do Distrito Federal.

- ◇ Secretária da Comissão de Reforma do Código de Processo Penal, 1994.

- ◇ Secretária da Comissão de Reforma do Código de Processo Civil, 1993.

- ◇ Presidente da Comissão de Reforma da Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal, TJ/DF.

- ◇ Secretária-Geral da Escola Nacional de Magistratura, 1992.

- ◇ Membro do Conselho Editorial da Revista “Arquivos do Ministério da Justiça”.

Curriculum Vitae

Fátima Nancy Andriaghi

- ◇ Integrante do Conselho Científico do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor – BRASILCON.

- ◇ Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Processual, Seccional do Distrito Federal.

- ◇ Associada Honorária do Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP.

- ◇ Colaboradora da Revista “Ciência Jurídica”.

- ◇ Membro Titular da Academia Internacional de Cultura – AIC.

III - Formação Superior.

- ◇ Doutoranda em Direito Civil, pela Universidade Federal de Buenos Aires - UBA, Buenos Aires, Argentina, em 2011.

*Curriculum Vitae**Fátima Nancy Andriighi*

- ◇ Mestre em Mediação, pelo *Institut Universitaire Kurt Bösch* – Tese defendida e aprovada: “A Mediação nas relações locatícias”, Buenos Aires, Argentina, em 2011.

- ◇ Pós-Graduação *latu sensu*, em Direito Civil, pela Universidade Católica do Distrito Federal, promovido pelo TJ/DF, em 1999.

- ◇ Pós-Graduação e Especialização de Professores, em Processo Civil, pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília – CEUB – DF, com apresentação da tese “Fraude contra Credores e Fraude à Execução”.

- ◇ Pós-Graduação *latu sensu*, Preparação à Judicatura, pela Universidade do Vale dos Sinos – UNISINOS – RS, promovido pela Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul – AJURIS, em 1976.

- ◇ Bacharelado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Estado do Rio Grande do Sul, em 1975.

Curriculum Vitae
Fátima Nancy Andriighi

IV – Docência Universitária e de Pós-Graduação:

- ◇ Professora Titular do Curso de Pós-Graduação em Direito Processual Civil do Centro Universitário de Brasília – UNICEUB, Brasília – DF.
- ◇ Coordenadora e Professora do Curso de Pós-Graduação em Direito Processual Civil da Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal – AEUDF, coordenado pelo ICAT.
- ◇ Professora de Direito Processual Civil da Escola Superior da Magistratura do Distrito Federal.
- ◇ Coordenadora de Direito Processual Civil e Professora da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- ◇ Professora de Direito Processual Civil da Escola Superior da Advocacia da OAB, Seccional do Distrito Federal.
- ◇ Professora do Curso de Pós-Graduação em Direito Processual, no CEUMA, do Estado do Maranhão.

Curriculum Vitae
Fátima Nancy Andriuzzi

- ◇ Idealizadora do 1º Curso de Iniciação Funcional para Magistrados com as seguintes práticas:
 - ◇ audiência simulada de processos reais, com filmagem da prática e posteriormente assistida e colocada sob crítica dos próprios Juízes;
 - ◇ visita à penitenciária para consciência de cada Juiz para onde irão os réus que condenar e que aguardam julgamento;
 - ◇ visita a indústrias para compreender um sistema de segurança do trabalho.

V — *Principais Conferências e Palestras.*

a) Internacionais:

- ◇ “Las Cortes y Los Tribunales Superiores”, proferida no Segundo Encuentro análisis de las 100 reglas de Brasilia por las Instituciones del Sistema de Justicia de Brasil,

*Curriculum Vitae**Fátima Nancy Andriighi*

Argentina, Uruguai, Paraguai y Chile: Acceso a Justicia de Personas en condiciones de vulnerabilidad, homenaje a Santos Pastor Prieto - Universidade Federal de Buenos Aires – Buenos Aires, Argentina, out/2010.

- ◇ “Homologação de laudos arbitrais estrangeiros”, proferida na 5th Annual Miami International Arbitration Conference – Arbitration in Las Américas: A 360° View – Miami, Florida, Estados Unidos da América, fev/2007.
- ◇ “Estrutura e Organização do Sistema Jurídico Brasileiro”, proferida na Universidade de Salamanca – Espanha, jun/2000.
- ◇ “As Formas de Acesso à Justiça no Brasil”, proferida no Curso de Direito Brasileiro para Advogados Argentinos, no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de San Martín, Buenos Aires – Argentina, nov/98.
- ◇ “A Consignação Extrajudicial e a Antecipação da Tutela”, proferida na sede do Banco Central de Portugal, Lisboa – Portugal, jan/95.

*Curriculum Vitae**Fátima Nancy Andriaghi***b) Nacionais:**

- ◇ Palestra de abertura proferida no **XII Encontro Estadual de Defensores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul** em comemoração ao **Dia do Defensor Público**, Porto Alegre-RS, mai/2014.

- ◇ “Um Novo Tempo: a informação transformando vidas”, palestra proferida no **III Congresso Nacional e I Congresso Internacional de Alienação Parental**, OAB-RJ/ABCF – Associação Brasileira Criança Feliz, Rio de Janeiro-RJ, abr/2014.

- ◇ “O Judiciário do Século XXI – Perspectivas e desafios para a magistratura”, palestra proferida no **Encontro Estadual da Magistratura do Tribunal de Justiça da Paraíba**, João Pessoa-PB, mar/2014.

- ◇ Palestra proferida no **1º Curso Jurídico Regional de Processo Civil e Processo Judicial Eletrônico** – Escola Judicial Edésio Fernandes – TJMG, Uberaba-MG, mar/2014.

- ◇ “A Reforma do Código de Processo Civil – Tutela de Urgência e Evidência - FIESP, São Paulo/SP, jun/2011.

*Curriculum Vitae**Fátima Nancy Anzbizghi*

- ◇ “A utilização de mediação e arbitragem como mecanismo de solução de controvérsia no ambiente da copa do mundo e olimpíadas” – Palestra na Câmara de Comércio França Brasil – CCFB), proferida na Câmara de Comércio França Brasil, Brasília/DF, abr/2011.

- ◇ Conferência aos Representantes Russos e Ucrânicos – Como a Jurisprudência tem analisado as CPR’s e as Decorrências em seu papel de fomento do crédito à atividade agropecuária no Brasil” – Escritório do Grupo Banco Mundial em Brasília – Brasília/DF, mar/2011.

- ◇ “Técnica Processual e Tutela dos Direitos”, Instituto dos Advogados do Paraná, Curitiba, out/2010.

- ◇ “Mediação e Arbitragem – Formas adequadas para resolução de conflitos no Transporte”, proferida no II Encontro Jurídico de Transporte Público do Nordeste, Porto de Galinhas-PE, out/2010.

- ◇ “Pedido de Uniformização de Interpretação da Lei”, proferida no VIII FEJESC – Fórum Estadual de Juizados especiais de Santa Catarina – Florianópolis/SC, set/2010.

*Curriculum Vitae**Fátima Nancy Andriaghi*

- ◇ “**Ante Projeto do Novo CPC**” – Faculdade Processus – Brasília/DF, ago/2010.

- ◇ “**A conciliação no direito positivo brasileiro. O permissivo Constitucional. Princípios fundamentais. A função Social como cláusula geral na utilização da conciliação. O conceito de cláusula geral no direito brasileiro e sua pertinência na adoção na resolução de disputas humanas**” – 1º Curso de Pós-Graduação “Lato Sensu” – Escola Paulista da Magistratura – São Paulo/SP – ago/2010.

- ◇ “**Juizados Especiais Cíveis e Criminais**”, “**Juizados Especiais Federais**” e, mais recentemente, “**Juizados Especiais de Família**”, várias palestras e conferências proferidas:

- ◇ “**Reflexões acerca da Uniformização de Jurisprudência no âmbito dos Juizados Especiais**”, proferida no XVII Fórum Nacional de Juizados Especiais: A efetividade das decisões proferidas pelos Juizados Especiais, Palmas-TO, mai/2010.

- ◇ “**Juizados Especiais de Família**”, proferida no I Congresso Estadual de Família, São Luís/MA, maio/2007.

*Curriculum Vitae**Fátima Nancy Andriaghi*

- ◇ “Juizados Especiais de Família e o Espiritismo”, proferida no 2º Encontro Jurídico-Espírita do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, out/2006.
- ◇ “Juizados Especiais de Família”, proferida na VII Semana Jurídica da Faculdade de Direito Álvares Penteado, São Paulo, abr/2005.
- ◇ “Juizado Especial de Família”, proferida no IV Congresso do IBDFAM, em Belo Horizonte – MG, nov/2004.
- ◇ “Administração Compartilhada da Justiça: Juizados Especiais de Família”, proferida no Encontro Nacional – A Reforma do Poder Judiciário: e agora?, São Paulo – SP, ago/2004.
- ◇ “Juizados Especiais de Família e o Espiritismo”, proferida na Federação Espírita do Estado do Rio de Janeiro, Niterói – RJ, ago/2004.
- ◇ “Projeto Teclamar – parceria dos Juizados Especiais Cíveis do Espírito Santo com a empresa TELEMAR”, proferida no XVIII Congresso Brasileiro de Magistrados: Uma nova Justiça para um novo tempo – ONGS e o Judiciário: parcerias e experiências, Salvador-BA, out/2003.
- ◇ “Sistema dos Juizados Especiais e Federais: Adoção do Juiz Leigo”, proferida no evento Segundas Culturais,

Curriculum Vitae
Fatima Nancy Andriighi

- promovido pela Escola da Magistratura do Rio de Janeiro – EMERJ, ago/2003.
- ◇ Discurso de Abertura do XII Encontro do Fórum Nacional de Juizados Especiais, nov/2002.
 - ◇ “Juizado Especial de Família e Justiça na Empresa Atendendo o Consumidor”, proferida no Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP, jun/2002.
 - ◇ “A Democratização da Justiça, Conciliação Judicial e Juizados Especiais”, proferida no Ministério Público do Estado de São Paulo, set/2001.
 - ◇ “Juizados Especiais Federais: agilizando a prestação jurisdicional”, proferida no Encontro de Juizes Federais do Norte e Nordeste, ago/2001.
 - ◇ “Juizado Especial Federal” proferida no Centro Acadêmico de Direito da Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro – RJ, abr/ 2001.
 - ◇ Entrevista concedida à CBN em visita ao Amapá, onde participou da Jornada Fluvial do Juizado Itinerante, fev/2001.
 - ◇ “Juizados Especiais Federais e Mediação”, proferida no Ministério da Aeronáutica, Brasília – DF, nov/2000.
 - ◇ Aula Inaugural da Faculdade de Direito de Lagoa Vermelha – RS, out/99.

*Curriculum Vitae**Fátima Nancy Andriighi*

- ◇ “Juizados Especiais Cíveis”, proferida nas II Jornadas Brasileiras de Direito Processual Civil, Brasília – DF, ago/97.
- ◇ “Juizados Especiais Cíveis e Criminais”, proferida no III Congresso de Magistrados Paranaenses, Curitiba – PR, ago/97.
- ◇ “Questões estruturais do Poder Judiciário brasileiro – Juizados Especiais – Celeridade Processual – Modernização”, proferida na Faculdade de Direito de Passo Fundo – RS, ago/97.
- ◇ “O Contrato de Seguro nos Juizados Especiais Cíveis”, proferida em Maceió, jun/97.
- ◇ Palestra proferida no II Congresso de Estudos Jurídicos do Estado do Tocantins, realizado em Palmas, out/96.
- ◇ “Procedimento e Competência dos Juizados Especiais”, proferida na XVI Conferência Nacional dos Advogados, realizada em Fortaleza – CE, set/96.
- ◇ “Meios Alternativos de Solução de Conflitos”, em debate com o Exmo. Sr. Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, em Simpósio realizado no Superior Tribunal de Justiça, mar/96.
- ◇ Discurso proferido por ocasião da Implantação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília, mar/96.

*Curriculum Vitae**Fátima Nancy Andriighi*

- ◇ Palestra proferida para **Recepção e Treinamento dos Conciliadores dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília**, fev/96.
- ◇ “**Ação Monitória e Juizados Especiais Cíveis e Criminais**”, proferida na **Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Chapecó – SC**, out/95.
- ◇ **Reunião Nacional da Comissão Nacional de Interpretação da Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995**, sob a coordenação da **Escola Nacional da Magistratura**, realizada em Belo Horizonte – MG, out/95.
- ◇ “**Desburocratização da Justiça**”, proferida no **Tribunal de Justiça do Espírito Santo**, jul/95.
- ◇ “**Juizados Especiais Criminais e sua Competência para infrações penais de menor potencial ofensivo**”, proferida na **I Jornada Brasileira de Direito Penal e Processual Penal**, na **Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis**, mai/95.
- ◇ Palestra proferida na **Escola Superior da Magistratura do Estado do Pará**, 1993.
- ◇ Palestra proferida no **Congresso Nacional de Advogados de Empresas de Consórcio**, em Brasília – DF, abr/92.

*Curriculum Vitae**Fátima Nancy Andriaghi*

- ◇ Palestra proferida no Seminário de Processo Civil, promovido pela Universidade Nacional de Brasília, nov/90.
- ◇ “Resolução Alternativa de Controvérsias: Um Desafio Constitucional, uma Necessidade Premente”, 1989.
- ◇ “Juizados de Pequenas Causas”, 1985.

- ◇ “Arbitragem”, “Mediação”, “Conciliação” e “Meios Alternativos de Solução de Conflitos”; várias palestras e conferências proferidas:
 - ◇ “Árbitro de Emergência e Tutelas de Urgência: experiência recente”, palestra proferida na Corte Internacional de Arbitragem – CCI, São Paulo-SP, mai/2014.
 - ◇ “A Conciliação no Direito Positivo Brasileiro”, proferida no 1º Curso de Pós-Graduação “Latu Sensu” – Especialização em Métodos Alternativos de Solução de Conflitos (Conciliação e Mediação) e Aplicação no Direito do Consumidor, São Paulo-SP, ago/2010.
 - ◇
 - ◇ “Reflexões sobre a Arbitragem no Brasil: Questões Relevantes”, proferida no Seminário de Arbitragem da

*Curriculum Vitae**Fátima Nancy Andriighi*

Escola da Magistratura do Paraná, Curitiba-PR,
jun/2010.

- ◇ “Formas Alternativas de Solução de Conflitos”,
proferida no XX Congresso Brasileiro de Magistrados
da AMB, São Paulo-SP, out/2009.
- ◇ “Mediação e a Educação”, proferida no I Seminário
Internacional de Mediação e Arbitragem, São Paulo-SP,
ago/2009.
- ◇ “Mediação de Conflitos e Humanização da Justiça –
Uma realidade em construção”, proferida na
Conferência Inaugural das Atividades Pedagógicas da
Ouvidoria-Geral da UFRJ, Rio de Janeiro-RJ, abr/2009.
- ◇ “Mediação nas Relações de Família”, proferida na
Conferência Inaugural do Ano Letivo de 2009, na
Faculdade de Direito da FMU – Centro Universitário
das Faculdades Metropolitanas de São Paulo, São
Paulo-SP, fev/2009.
- ◇ “Mediação”, proferida no Curso de Mediação para
Magistrados, ENFAM, Brasília-DF, dez/2008.
- ◇ “A Mediação e sua Regulamentação”, proferida no I
Seminário Interdisciplinar de Mediação de Conflitos,
PUC-RIO, Rio de Janeiro-RJ, out/2008.
- ◇ “Arbitragem no Brasil: Questões Relevantes”,
proferida no I Seminário de Arbitragem da Ordem dos

*Curriculum Vitae**Fátima Nancy Andriuzzi*

Advogados do Brasil – Seccional do Distrito Federal,
Brasília-DF, set/2008.

- ◇ **“Mediação e as Relações de Família”,** proferida no **II Congresso Paraibano de Direitos das Famílias e Sucessões,** João Pessoa-PB, jun/2008.
- ◇ **“Poder Judiciário e as Instituições de Mediação e Arbitragem”,** proferida no **I Encontro Nacional de Arbitragem e Mediação,** São Paulo-SP, mar/2008.
- ◇ **“A Mediação e o Processo Educativo”,** proferida no **I Congresso Brasileiro de Mediação Judicial,** Brasília-DF, mar/2008.
- ◇ **“Acesso ao Sistema Judicial e Meios Alternativos de Solução de Controvérsias”,** proferida no **Encontro Luso-Brasileiro da Faculdade de Direito de Lisboa,** out/2007.
- ◇ **“Aula Inaugural do Centro de Mediação do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios,** Brasília/DF, set/2007.
- ◇ **“Aspectos Atuais da Conciliação e da Mediação”,** proferida no **3º Congresso Jurídico do Norte Paulista em Homenagem ao Ministro Castro Filho,** Bebedouro/SP, maio/2007.
- ◇ **“Mediação e Conflitos – dimensão e experiência no âmbito comparado – Magistratura e Advocacia”,**

*Curriculum Vitae**Fátima Nancy Andriighi*

proferida na Escola Paulista de Magistratura, São Paulo/SP, maio/2007.

- ◇ “A Conciliação no Direito Brasileiro”, proferida no Curso de Qualificação de Conciliadores na Área da Justiça do Trabalho, Brasília/DF, abril/2007.
- ◇ “A Conciliação como Instrumento para a Paz Mundial”, proferida no 1º Fórum Espiritual Mundial, Brasília-DF, dez/2006.
- ◇ Participação no Mutirão pela Conciliação, no Dia Nacional da Conciliação e Dia da Justiça, Salvador-BA, dez/2006.
- ◇ Discurso proferido na Mesa Redonda sobre Conciliação, Belo Horizonte-MG, dez/2006.
- ◇ “A Conciliação na Justiça Brasileira”, proferida no Seminário sobre Conciliação na Justiça Brasileira, STJ, Brasília-DF, out/2006.
- ◇ “Homologação de Laudos Arbitrais Estrangeiros”, proferida no Congresso Internacional Comemorativo de 10 anos da Lei de Arbitragem e de 10 anos da ARBITAC, Curitiba-PR, jun/2006.
- ◇ “Os Métodos Alternativos de Resolução de Litígios e o Direito da Internet: Perspectivas no Brasil”, proferida na Conferência Interamericana de Arbitragem e Direito na Internet – ARBITER e Instituto Brasileiro de Política e Direito da Informática, Recife, dez/2005.

*Curriculum Vitae**Fátima Nancy Andriighi*

- ◇ “O Poder Judiciário Face à Arbitragem: o Ponto de Vista do Juiz”, proferida no Congresso Internacional do Comitê Brasileiro de Arbitragem, Curitiba-PR, set/2004.
- ◇ “Mediação e Outros Meios Alternativos”, proferida em Audiência Pública no Ministério da Justiça, Brasília – DF, set/2003.
- ◇ “Conciliação no Processo Civil” proferida no Workshop sobre mediação, Conciliação Judicial e Extrajudicial, na Secção de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil, nov/2000; e no II Congresso Piauiense de Direito Processual, na Fundação do Ensino Jurídico, Teresina, set/2003.
- ◇ “Conciliação e Realidade Brasileira”, proferida na V Jornada Brasileira de Direito Processual Civil, Foz do Iguaçu, ago/2003.
- ◇ “Conciliadores de segundo grau”, proferida para os Conciliadores de segundo grau no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, jan/2003.
- ◇ “Conciliação Judicial na Área Civil”, proferida no II Encontro Regional de Magistrados, Ilhéus, nov/2002.
- ◇ “Arbitragem – Instrumento de Cidadania e da Paz Social”, proferida no Primeiro Congresso Internacional de Arbitragem, Bauru – SP, mai/2002.

*Curriculum Vitae**Fátima Nancy Anchieta*

- ◇ Discurso por ocasião da Instalação da Câmara Fundação Getúlio Vargas de Conciliação e Arbitragem, no Rio de Janeiro – RJ, mar/2002.
- ◇ “Desburocratização”, proferida no II Encontro Nacional de Desburocratização, realizado no Itamarati, Brasília – DF, nov/2001.
- ◇ “Conciliação Judicial”, proferida na IV Jornada Brasileira de Direito Processual Civil, realizada em Fortaleza, ago/2001.
- ◇ “O Poder Judiciário e a Arbitragem”, proferida no Tribunal Arbitral do Comércio, São Paulo-SP, out/2000.
- ◇ “Meios Alternativos de solução dos conflitos de natureza obrigacional: jurisdição ordinária”, proferida no II Seminário Nacional: Obrigações, Negócios & Contratos – Administrativos, Cíveis e Comerciais, realizada no Rio de Janeiro – RJ, mai/97.

- ◇ “Reforma do Código de Processo Civil”, várias palestras e conferências proferidas:
 - ◇ nas Escolas Superiores de Magistratura dos seguintes Estados: Santa Catarina, Amapá, Amazonas, Distrito Federal, Goiás, Maceió, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Roraima, Sergipe e Paraíba.

*Curriculum Vitae**Fátima Nancy Andriighi*

- ◇ “Recursos Repetitivos”, proferida no 7º Congresso FEBRABAN de Direito Bancário, São Paulo-SP, mai/2010.
- ◇ “Reflexões acerca do art. 475-J do CPC”, proferida no I Congresso Mineiro de Direito Processual Civil, Belo Horizonte-MG, out/2007.
- ◇ Discurso em homenagem aos Ministros Athos Gusmão Carneiro e Sálvio de Figueiredo Teixeira, proferido no Seminário *As Novas Reformas do Processo Civil*, em Brasília-DF, abr/2006.
- ◇ “Lei n.º 11.276/2006 – Inadmissibilidade da apelação contra sentença que se conforma com Súmula do STJ ou STF”, proferida no Seminário *As Novas Reformas do Processo Civil*, em Brasília-DF, abr/2006.
- ◇ “Alterações Processuais decorrentes da Emenda Constitucional 45/2004”, proferida no Workshop Vale do Rio Doce – A Reforma do Judiciário e a Justiça do Trabalho, Rio de Janeiro-RJ, mar/2006.
- ◇ “A nova postura processual da Justiça do Trabalho”, proferida no II Congresso Mundial de Direito Processual, Recife-PE, mai/2005.
- ◇ “Reconvenção e Pedido Contraposto”, proferida na UNIP – Videoconferência via Embratel, de Brasília para São Paulo, abr/2004.

*Curriculum Vitae**Fátima Nancy Andriighi*

- ◇ “A Reforma Processual”, proferida no Congresso de Direito Processual Civil, Porto Alegre – RS, mar/2002.
- ◇ “Novas Formas processuais de tutela jurisdicional”, proferida na XVIII Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil – Cidadania, Ética e Estado, Salvador – BA, nov/2002.
- ◇ “Atos Processuais” e “Recursos: art. 496”, proferidas no Instituto Brasileiro de Direito Processual, Brasília-DF, respectivamente em abril e maio de 1997.
- ◇ “Procedimento Ordinário – Audiência de Conciliação”, proferida no evento O Novo Código de Processo Civil, realizado em São Paulo – SP, out/96.
- ◇ “Reforma Processual – Embargos Infringentes”, proferida na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – SP, abr/96.
- ◇ “Interpretação da Lei n.º 9.245/95, que introduziu alterações no procedimento Sumário”, proferida no Encontro de Juízes Amazonenses, na Escola Superior da Magistratura do Amazonas, fev/96.
- ◇ “Liquidação de Sentença, Consignação em Pagamento e Execução”, proferida na Associação dos Advogados Processualistas do Ceará, 1995.
- ◇ “Novas Perspectivas do Processo Civil”, proferida no XV Congresso Brasileiro de Magistrados, Fortaleza-CE, set/95.

*Curriculum Vitae**Fátima Nancy Andriighi*

- ◇ “Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento”, em debate com o eminente Professor Kazuo Watanabe, no Painel – Processo de Conhecimento: inovações, no Congresso Brasileiro de Direito Processual Civil, realizado pelo Instituto Brasileiro de Direito Processual, jun/95.
- ◇ “Ação Monitória e Agravo”, proferida no Tribunal Regional do Trabalho, jun/95.
- ◇ “A Consignação em Pagamento”, proferida na Associação dos Advogados de São Paulo – IASP, fev/95.
- ◇ “IX Ciclo de Conferências na Área de Direito Processual Civil”, proferida no Centro de Estudos e Treinamento da Seção Judiciária do Distrito Federal, set/94.
- ◇ “Reforma do Código de Processo Civil”, proferida na Faculdade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 1993.
- ◇ “A Defesa do Executado. Embargos do Devedor e suas Espécies. Procedimento. Recursos e seus Efeitos”, proferida na Universidade Católica de Petrópolis, 1993.
- ◇ “Invalidade do Negócio Jurídico e a Correspondente Natureza Eficacial da Sentença”, proferida na Escola Nacional da Magistratura, em Salvador – BA, 1993; e

*Curriculum Vitae**Fátima Nancy Ambrighi*

no Ciclo de Palestras da Escola Superior da Magistratura Goiana, em Goiânia – GO, 1993.

- ◇ “Dos Procedimentos Especiais e de Jurisdição Contenciosa com a Reforma do CPC”, proferida na sede da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Distrito Federal, 1993.
- ◇ Palestra proferida no Curso Regional de Atualização Jurídica – Congresso de Direito Processual Civil, Porto Velho-RO, ago/92.
- ◇ “Da Sentença e da Coisa Julgada”, proferida na Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal, ago/91.

- ◇ “Direito do Consumidor”; várias palestras e conferências proferidas:
 - ◇ “A Proteção e a Defesa do Consumidor pela Ótica do STJ”, proferida no II Fórum do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor, Vitória-ES, mar/2010.
 - ◇ “Controle Judicial das Cláusulas Abusivas”, proferida no Curso de Aperfeiçoamento para Magistrados em Direito do Consumidor, promovido pela Escola Nacional da Magistratura, Brasília-DF, mar/2009.

Curriculum Vitae
Fátima Nancy Andriighi

- ◇ “O STJ e a Defesa do Consumidor”, proferida no Simpósio: O Código de Defesa do Consumidor – Convergências e Variações de sua aplicabilidade nos Estados, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo-SP, out/2008.
- ◇ “Os Limites Subjetivos da Coisa Julgada e o CDC”, proferida no Seminário de Direito do Consumidor, Brasília-DF, out/2007.
- ◇ “Direito do Consumidor”, proferida na Escola Superior da Advocacia do Distrito Federal, Brasília, out/2007.
- ◇ “O Direito do Consumidor na Visão do STJ”, proferida na Aula Inaugural do Ano Letivo de 2007, na Escola da Magistratura do Espírito Santo, Vitória-ES, mar/2007.
- ◇ “Aspectos Processuais Controvertidos do CDC”, proferida no VIII Congresso Brasileiro de Direito do Consumidor, Rio de Janeiro, jun/2006.
- ◇ “Aspectos Processuais Relevantes do CDC”, proferida no Seminário sobre o Código de Defesa do Consumidor, Goiânia, jun/2006.
- ◇ “Desconsideração da Personalidade Jurídica”, proferida no Ciclo de Palestras sobre Mercado de Títulos e Valores Imobiliários”, São Paulo, jun/2006.
- ◇ “Direitos do Consumidor na Jurisprudência do STJ”, proferida no III Ciclo de Palestras sobre Jurisprudência

*Curriculum Vitae**Fátima Nancy Andriighi*

do STJ no âmbito do Direito Público e Privado, Rio de Janeiro, dez/2005.

- ◇ “15 Anos do Código de Defesa do Consumidor: Evoluções Processuais e Materiais nas Relações de Consumo – Visão Crítica do Anteprojeto à Atualidade”, proferida no Congresso Internacional – 15 anos – balanço, efetividade e perspectivas, Escola Superior da Magistratura RS – AJURIS e Escola Superior do Ministério Público do RS, Gramado, set/2005.
- ◇ “O CDC e o STJ”, jul/2005.
- ◇ “Desconsideração da Personalidade Jurídica”, Tele-Conferência em tempo real proferida na Universidade Paulista – UNIP, Brasília – DF, mai/2004.
- ◇ “Desconsideração da Personalidade Jurídica no Código de Defesa do Consumidor e o Novo Código Civil: Convergências e Assimetrias”, proferida na I Semana do Consumidor – Faculdade de Direito do UNICEUB, Brasília-DF, mar/2004.
- ◇ Palestra proferida nas II Jornadas Luso-Brasileiras sobre a Proteção do Ambiente e do Consumidor, São Paulo, jul/97.
- ◇ “Repercussão da Reforma do CPC e da Lei n.º 9.099/95 na defesa do consumidor”, proferida no

*Curriculum Vitae**Fátima Nancy Andriighi*

Congresso do Consumidor, promovido pela BRASILCON, em Manaus-AM, mai/96.

- ◇ “Responsabilidade Civil do Fornecedor”, proferida no Encontro Ibero-Americano de Direito do Consumidor, ago/95.
- ◇ “Novos Instrumentos de Acesso à Justiça”, proferida no VI Curso de Direito do Consumidor, em Recife-PE, ago/94.
- ◇ “A Defesa do Consumidor em Juízo”, proferido no V Curso de Especialização em Direito do Consumidor, Belo Horizonte-MG, 1993.

- ◇ “Estatuto do Portador de Necessidades Especiais”; palestras e audiências públicas na defesa do tema:
 - ◇ “As Normas Legais são Suficientes?”, proferida no Seminário Políticas Públicas e Pessoas Portadoras de Deficiência no Brasil: a promoção da Cidadania Ativa – Auditório da Interlegis do Senado Federal, transmitido por Tele-conferência, nov/2005.
 - ◇ “O Estatuto do Portador de Necessidades Especiais”, proferida em Audiência Pública na Câmara dos Deputados, Brasília-DF, jun/2005.

- ◇ Temas diversos:

*Curriculum Vitae**Fátima Nancy Andriuzzi*

- ◇ “Atualidades do Direito das Sucessões e reflexos na Atividade Notaria”, proferida no XV Simpósio de Direito Notarial, São Paulo-SP, jun/2010.
- ◇ “A Arte de Julgar com Sabedoria e Humanidade – O Poder Criador do Juiz”, proferida na Aula Inaugural da Escola Judiciária “Antônio José Miguel Feu Rosa”, Tribunal Regional Elcitoral, Vitória-ES, abr/2010.
- ◇ “Arbitramento do Dano Moral: Quantificação e Parâmetros Jurisprudenciais do STJ”, proferida no XV Congresso de Responsabilidade Civil e Direito Aplicado ao Transporte Terrestre de Passageiros, em São Roque-SP, abr/2010.
- ◇ “O STJ e as Ações Judiciais sobre Tabaco: questões atuais e polêmicas”, proferida no Congresso Internacional: O Poder Judiciário e o Controle do Tabaco, Brasília-DF, abr/2010.
- ◇ “Reserva legal: conceito e necessidade de sua averbação para a prática de atos que impliquem transmissão, desmembramento ou retificação da área de imóvel sujeito à disciplina do Código Florestal”, proferida no Simpósio de Direito Penal – Instrumento da Cidadania Ambiental (em homenagem ao Ministro Nilson Naves), Belo Horizonte-MG, mar/2010.

*Curriculum Vitae**Fátima Nancy Andriogli*

- ◇ “Interpretação da lei de recuperação na visão do STJ”, proferida no Seminário: A recuperação judicial na visão do Poder Judiciário, FIESP, São Paulo-SP, nov/2009.
- ◇ “Interpretação e Dinâmica Decisória”, proferida na Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro-RJ, out/2009.
- ◇ “Fundamentos Atuais da responsabilidade na ordem civil-constitucional – O papel da jurisprudência na concretização das cláusulas gerais”, proferida na Abertura do Curso de Extensão: Problemas de Responsabilidade Civil, promovido pelo Instituto Superior do Ministério Público, órgão Cultural da Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ, out/2009.
- ◇ “A Exclusão das Mulheres nos Espaços de Poder e a Democracia”, proferida na Audiência Pública da Comissão Especial da PEC 590-A/2006 – Representação Proporcional na Mesa da Câmara dos Deputados Federal, Brasília-DF, mai/2009.
- ◇ “O Interesse Público e a Propriedade Industrial”, proferida no IX Encontro Nacional da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF – Consumidor e Ordem Econômica, Brasília-DF, out/2008.
- ◇ “Responsabilidade Civil na Cirurgia Estética”, proferida no Fórum de Lipoaspiração da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, São Paulo-SP, jun/2008.

*Curriculum Vitae**Fátima Nancy Andriighi*

- ◇ “Curso de Iniciação Funcional para Juízes de Direito Substitutos da Escola da Magistratura do DF”, TJ/DFT, Brasília-DF, Nov/2007.
- ◇ “Constitucionalização do Direito Civil”, proferida na Semana dos Magistrados do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Salvador/BA, ago/2007.
- ◇ “Responsabilidade Civil na Cirurgia Plástica”, proferida no I Fórum Nacional de Defesa do Especialista, Brasília/DF, jun/2007.
- ◇ “Alimentos – os espinhos do processo”, proferida no I Congresso Internacional de Direito de Família promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM, Brasília-DF, nov/2006.
- ◇ “STJ – Um Referencial de Excelência”, proferida no Lançamento do Projeto STJ – Um Referencial de Excelência, palestra com Lars Graef, STJ, Brasília-DF, out/2006.
- ◇ “Os Litígios Familiares no STJ”, Tele-palestra proferida na Associação dos Advogados de São Paulo – AASP, São Paulo-SP, out/2006.
- ◇ Comemoração aos 30 Anos da ANAMATRA, Brasília-DF, set/2006.
- ◇ “Cláusulas Gerais e Proteção da Pessoa”, proferida no Congresso Internacional de Direito Civil e

Curriculum Vitae
Fátima Nancy Andriighi

- Constitucional da Cidade do Rio de Janeiro, RJ, set/2006.
- ◇ “A Indenização por Violação aos Direitos de Propriedade Intelectual”, proferida no XXVI Seminário Nacional da Propriedade Intelectual, Brasília-DF, ago/2006.
 - ◇ Aula Inaugural do Curso de Formação de Magistrados da Escola da Magistratura do Rio Grande do Sul – AJURIS, Porto Alegre-RS, ago/2006.
 - ◇ “A Nova Justiça: O Terceiro Poder”, proferida na Conferência: A Nova Justiça – Desafios e Tendências, TJDF, Brasília-DF, ago/2006.
 - ◇ “Magistratura: trocando experiências”, proferida no Curso de Formação de novos Magistrados, na Escola de Magistratura do Rio Grande do Sul – AJURIS, Porto Alegre-RS, mai/2006.
 - ◇ “Ato Cooperativo e a Tributação nas Cooperativas de Crédito”, presidente da mesa, no Congresso de Direito Tributário Cooperativo, STJ, Brasília-DF, mai/2006.
 - ◇ “Responsabilidade civil na cirurgia estética”, proferida na XIX Jornada Centro-Oeste de Cirurgia Plástica, Brasília-DF, mar/2006.
 - ◇ “Interdição e Curatela”, proferida no Seminário sobre Interdição no Superior Tribunal de Justiça, Brasília-DF, nov/2005.

*Curriculum Vitae**Fátima Nancy Andriighi*

- ◇ “Os Efeitos Jurídicos do Divórcio Direto e do Divórcio Conversão na Jurisprudência do STJ”, proferida no Congresso de Direito de Família e Sucessões, Rio de Janeiro, set/2005.
- ◇ “A Ordem Constitucional e o Novo Código”, proferida no CEPAD, Rio de Janeiro, jun/2005.
- ◇ “A Nova Postura Processual da Justiça do Trabalho”, proferida no II Congresso Mundial de Direito Processual, Recife, mai/2005.
- ◇ “O STJ e os Direitos Fundamentais”, proferida no Congresso Brasileiro de Direitos Fundamentais, Maceió-AL, dez/2004.
- ◇ “Voluntariado e Mobilização dos Estudantes de Direito”, proferida no I Fórum Universitário de Pernambuco, set/2004.
- ◇ “Administração da Justiça: responsabilidade compartilhada”, proferida na Ordem dos Advogados Mineiros, Belo Horizonte-MG, ago/2004.
- ◇ “A Responsabilidade Civil das Transportadoras de Passageiros na Visão do Superior Tribunal de Justiça”, proferida no III Congresso de Responsabilidade Civil no Transporte de Passageiros, Poços de Caldas-MG, nov/2003.
- ◇ “A Violência Doméstica Contra a Mulher”, proferida no Fórum Aberto de Discussão, Palmas-TO, nov/2003.

*Curriculum Vitae**Fátima Nancy Andighi*

- ◇ “A Ética na Magistratura”, proferida no Seminário Ética e Cidadania, Fortaleza, jun/2001.
- ◇ “Natureza da prestação condominial e a responsabilidade pelo pagamento”, proferida no Seminário Jurídico: Condomínio, na SECOVI, São Paulo, out/2000.
- ◇ “Arguição de Relevância”, proferida no Superior Tribunal de Justiça, Brasília-DF, out/2000.
- ◇ Encerramento do Seminário sobre Aspectos Jurídicos do Sistema Financeiro, realizado em Cabo Santo Agostinho-PE, representando o Excelentíssimo Sr. Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, set/97.
- ◇ “O Juiz no Mundo Contemporâneo”, proferida no I Fórum Nacional de Debates sobre o Poder Judiciário, no Superior Tribunal de Justiça, Brasília-DF, jun/97.
- ◇ “Reflexões sobre o Futuro Código de Trânsito Brasileiro”, proferida no II Congresso sobre Responsabilidade Civil no Transporte Terrestre de Passageiros, realizado em São Paulo-SP, abr/97.
- ◇ Discurso proferido na Cerimônia de Colação de Grau dos Bacharelados do Curso de Direito do I Semestre de 1996 da AEUDF, ago/96.
- ◇ “Validade dos Negócios Jurídicos”, proferida na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Brasília, 1993.

*Curriculum Vitae**Fátima Nancy Andriighi*

- ◇ “O Controle do Judiciário”, em debate com o Exmo. Sr. Senador Pedro Teixeira, em Encontro realizado pela Associação de Estudos Econômicos e Políticos do Distrito Federal, 1993.
- ◇ “Importância da Adoção das Medidas Proativas na Preservação do Direito do Banco”, proferida na Escola de Treinamento do Banco do Brasil para gerentes da regional de Brasília, ago/93.

Curriculum Vitae

Fátima Nancy Andriighi

VI - *Principais Estudos Jurídicos.*

Curriculum Vitae
Fátima Nancy Andriighi

a) Livros

◇ **Publicados:**

- ◇ **“Responsabilidade Civil e Inadimplemento no Direito Brasileiro: Aspectos Polêmicos”**, coordenadora da obra e co-autora com Daniel Bittencourt Guariento no capítulo “A responsabilidade civil das redes sociais virtuais pelo conteúdo das informações veiculadas”, publicado pela Editora Atlas, em 2014.
- ◇ **“Comentários à Nova Lei de Falências – arts. 75 a 80”**, em co-autoria com diversos autores, sob a coordenação do Professor Doutor Osmar Brina Corrêa Lima, publicado pela Editora Forense, em 2009.
- ◇ **“Coexistência entre a Socioafetividade e a Identidade Biológica – uma reflexão”**, obra em co-autoria com Cátia Denise Gress Krüger, publicado na coletânea de Textos Jurídicos do IBDFAM/DF, em 2007.
- ◇ **“Comentários ao Código Civil”**, obra em co-autoria com o Exmo. Sr. Desembargador Sidnei Agostinho Beneti, publicada pela Editora Forense no ano de 2007.
- ◇ **“Breviário do Conciliador Judicial”**, publicado no ano 2000.

*Curriculum Vitae**Fátima Nancy Andriighi*

- ◇ “Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Distrito Federal – Guia Prático”; coordenadora da obra, publicado em 1997.
- ◇ “Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais”, em co-autoria com o Exmo. Desembargador Sidnei Agostinho Beneti, Editora Del Rey.
- ◇ “O Juiz na Audiência”, em co-autoria com o Exmo. Desembargador Sidnei Agostinho Beneti, Editora Revista dos Tribunais, abr/97.
- ◇ “Iniquidade de Cláusulas e sua Modificabilidade”, estudo publicado no livro “Direito Processual: inovações e perspectivas” em homenagem ao Exmo. Sr. Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, Editora Saraiva, 2003.
- ◇ “Do Contrato de Depósito”, estudo publicado no livro “O novo Código Civil: estudos em homenagem ao professor Miguel Reale”, coordenado por Ives Gandra da Silva Martins Filho, Editora LTR, 2003.
- ◇ “Autonomia do Direito Cooperativo”, estudo publicado no livro “Cooperativismo e o novo Código Civil”, coordenado pelo Dr. Guilherme Krueger, Editora Melhoramentos, 2003.
- ◇ “Direito de Família e os Juizados Especiais”, estudo publicado no livro “O direito de família após a Constituição de 1988”, coordenado pelo Dr. Antonio Carlos Mathias Coltro.

*Curriculum Vitae**Fátima Nancy Andighi*

- ◇ “Acesso ao Judiciário – um dos primados da Constituição de 1988”, estudo publicado no livro “Os dez anos da Constituição de 1988”, coordenado pelo Dr. Antonio Carlos Mathias Coltro.
- ◇ “Estrutura e Dinâmica do Poder Judiciário Norte Americano. Aspectos de Composição Judicial e Extrajudicial dos litígios”, estudo publicado no livro “O Judiciário e a Constituição”, coordenado pelo Exmo. Sr. Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira.
- ◇ “A formação de juizes no Direito Comunitário”, estudo publicado no livro “O Juiz – Seleção e Formação do Magistrado no mundo contemporâneo”, coordenado pelo Exmo. Sr. Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira.
- ◇ “O desafio da Unificação Européia e o Tratado de Amsterdã”, estudo publicado no livro “Direito Comunitário e Jurisdição Supranacional”.
- ◇ “Consignação em Pagamento” e “O registro e penhora e a reforma do Código de Processo Civil”, estudos publicados no livro “A Reforma do Código de Processo Civil”, coordenado pelo Exmo. Sr. Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira.

b) Artigos

- ◇ Vários artigos publicados sobre Juizados Especiais, Arbitragem e Formas Alternativas de Solução de Conflito:

*Curriculum Vitae**Fátima Nancy Andriaghi*

- ◇ “**Juizado Especial de Família**”, Anais do IV Congresso do IBDFAM, Belo Horizonte, 2004.
- ◇ “**Juizados Especiais Cíveis e Empresas – uma Parceria Necessária**”, publicado na Justilex, v. 2, n.º 14, fev/2003.
- ◇ “**O Perfil do Árbitro e a Regência de sua Conduta pela Lei da Arbitragem**”, Advocacia Dinâmica, fev/98.
- ◇ “**A Ética e a Segurança da Arbitragem**”, Síntese Trabalhista, v. 9, n.º 106, abr/98; Revista de Doutrina e Jurisprudência, n.º 53, jan/abr-1997.
- ◇ “**A Arbitragem: Solução Alternativa de Conflitos**”, Revista da Escola Superior da Magistratura do Distrito Federal, n.º 2, mai/ago-96.
- ◇ “**O Processo de Execução no Juizado Especial Cível**”, Revista dos Juizados Especiais, fev/97, jun/96.
- ◇ “**Juizados Especiais Cíveis e Criminais**”, Advocacia Dinâmica, nov/95.
- ◇ “**Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995 - Dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais**”, Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCrim, nov/95.
- ◇ “**A Democratização da Justiça**”, Revista de Doutrina e Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, n.º 50/13.

*Curriculum Vitae**Fátima Nancy Andriuzzi*

◇ **Publicações no Caderno “Direito e Justiça”, do Correio Braziliense:**

- ◇ “Juizado Especial de Família”, 24/09/2001.
- ◇ “A Ética e a Segurança da Arbitragem”, 03/11/1997.
- ◇ “Juizados Especiais Cíveis e Criminais”, 18/03/96.
- ◇ “Disponibilidade do Rito na Ação Monitória”, 19/02/96.
- ◇ “Informatização no TJ/DF”, 23/10/95.
- ◇ “Juizados Especiais”, 25/09/95.
- ◇ “Procuração ‘Ad Judicia’ sem Reconhecimento de Firma”, 31/07/95.
- ◇ “O Registro da Penhora e a Reforma do CPC”, 17/04/95.

◇ **Artigos publicados sobre temas diversos:**

- ◇ “Reconhecido hábito social de ‘ficar’ como elemento ponderável de prova na busca do reconhecimento da paternidade”, Família e Jurisdição, Belo Horizonte, Editora Del Rey, 2005.
- ◇ “Pela Compreensão da Justiça”, trabalho Premiado em 3º lugar no Concurso da Campanha Nacional pela

Curriculum Vitae
Fátima Nancy Andighi

- Simplicidade da Linguagem Jurídica, promovida pela Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB, 2005.**
- ◇ **“Estatuto do Portador de Necessidades Especiais”,** síntese da palestra proferida na **Comissão dos Portadores de Necessidades Especiais, da Câmara dos Deputados, Brasília, 2005.**
 - ◇ **“O Acesso do Idoso ao Judiciário”,** Plenarium, Brasília, v. 1, n.º 1, Câmara dos Deputados, 2004.
 - ◇ **“Administração da Justiça: responsabilidade compartilhada”,** ADV Advocacia Dinâmica: seleções jurídicas, Rio de Janeiro, n.º 8, 2004.
 - ◇ **“Um Judiciário mais Humano”,** em homenagem ao Exmo. Sr. Ministro Edson Vidigal, Revista Justiça e Cidadania, edição especial, 2004.
 - ◇ **“O Conceito do Consumidor Direto e a Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça”,** Revista de Direito Renovar, Rio de Janeiro, mai/2004.
 - ◇ **“Disponibilidade do Rito na Ação Monitória”,** Consulex, 04/03/96; Tribuna Judiciária, fev/96.
 - ◇ **“Procuração ‘ad judicium’ sem Firma Reconhecida”,** Tribuna do Direito, fev/96; Tribuna da Magistratura (Associação Paulista de Magistrados) out/95; Consulex, 21/08/95; Boletim do IASP, Tribuna do Advogado, mai/95, Jornal Trabalhista (vol. 12, p. 867).

*Curriculum Vitae**Fátima Nancy Ambrighi*

- ◇ **“A Informatização no Segundo Grau de Jurisdição no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios”**, Consulex, 22/01/96; Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP/Escola Paulista de Advocacia, nov/dez-1995; Tribuna da Magistratura e Tribuna Judiciária.
- ◇ **“Registro da Penhora e Reforma do CPC”**, Boletim do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil – IRIB, jun/95.
- ◇ **“Aspectos da Reforma do CPC. Processo de Conhecimento”**, Revista de Processo nº 79/154; e Boletim Advocacia Dinâmica: seleções jurídicas, mai/95.
- ◇ **“O Instituto da Conciliação: a reforma processual”**, 1994.
- ◇ **“A Nova Liquidação de Sentença”**, Síntese Trabalhista, vol. 6, n.º 65.

Curriculum Vitae
Fátima Nancy Andrigli

VII - Principais Condecorações e Homenagens:

- ◇ **Diploma de Honra ao Mérito “Dia Internacional da Mulher”** concedido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Piauí**, pelo extraordinário trabalho desenvolvido em favor dos supremos interesses do Poder Judiciário Nacional, mar/2008.
- ◇ **Título de Presidente de Honra da Área de Direito do Consumidor** concedido pela **Escola Superior de Advocacia do Distrito Federal**, pelos relevantes serviços prestados, out/2007.
- ◇ **Medalha de Mérito Eleitoral do Maranhão, agraciada com a categoria de Jurista**, concedida pelo **Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão**, por seus méritos e relevantes serviços prestados à Justiça Eleitoral, mai/2007.
- ◇ **Título de Cidadão Honorária de Tuntum**, concedido pela **Câmara Municipal de Tuntum/MA**, mar/2007.
- ◇ **Homenagem** prestada pelo **Instituto Cultural Profissionalizante de Pessoas Portadoras de Deficiência do Distrito Federal – ICP**, em função dos relevantes serviços prestados à causa das pessoas com deficiência no DF, dez/2006.

*Curriculum Vitae**Fátima Nancy Andriighi*

- ◇ Homenagem prestada pela **Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Minas Gerais, Comissão OAB/Mulher**, em razão de participação no **Projeto OAB/Cidadã**, ago/2006.
- ◇ **Moção Mérito Cidadão** conferida por ocasião da **Conferência Interamericana de Arbitragem e Direito na Internet**, pela **Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial – CBMAE, Instituto Arbiter – Resolução Privada de Disputas**, dez/2005.
- ◇ Homenagem prestada pelo **Fórum Nacional de Juizados Especiais – FONAJE**, à sua **Coordenadora Nacional Honorária**, mai/2005.
- ◇ Homenagem prestada por ocasião da abertura da **Semana dos Advogados Mineiros – OAB/MG**, ago/2004.
- ◇ Homenagem prestada pela **Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes**, abr/2004.
- ◇ Homenagem prestada por ocasião do **III Congresso sobre Responsabilidade Civil em face do Transporte de Passageiros**, nov/2003.
- ◇ Homenagem prestada pela **Fundação do Ensino Jurídico – FEJ**, por ocasião de participação no **II Congresso Piauiense de Direito Processual Civil**, set/2003.
- ◇ Homenagem prestada pela **Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro – AMAERJ**, ago/2003.
- ◇ Homenagem prestada pela **Universidade de São Marcos – Formandos de Direito**, jul/2003.

*Curriculum Vitae**Fátima Nancy Andriighi*

- ◇ **Homenagem conferida pelo Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP, por ocasião de sua posse como Associada Honorária, jun/2003.**
- ◇ **Homenagem prestada pelas Advogadas do Cariri – Juazeiro do Norte, OAB/CE – Mulher, mai/2003.**
- ◇ **Medalha Comemorativa da 50ª Legislatura, da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Legislatura 1999/2003.**
- ◇ **Homenagem prestada pelo TJ/ES, à Coordenadora Honorária Nacional dos Juizados Especiais pelo incentivo e apoio à instalação do Juizado Especial Preventivo – TECLAMAR, dez/2002.**
- ◇ **Homenagem prestada pelo Conselho Federal da OAB, por ocasião de participação na XVIII Conferência Nacional dos Advogados, nov/2002.**
- ◇ **Homenagem prestada pelo IASP, por ocasião da palestra proferida “Juizados Especiais de Família”, jun/2002.**
- ◇ **Homenagem prestada pela Loja Maçônica Santos Dumont, por ocasião da palestra de abertura do Ciclo de Eventos Cívicos “2002 – Ano da Paz e da Cidadania”, mai/2002.**
- ◇ **Homenagem prestada pela participação no 1º Congresso Internacional de Arbitragem, mai/2002.**

*Curriculum Vitae**Fátima Nancy Andriaghi*

- ◇ **Medalha da Ordem do Mérito Militar**, grau de **Comendador**, conferida pelo Exmo. Sr. Presidente da República, abr/2002.
- ◇ **Homenagem** prestada pela **Faculdade de Direito Milton Campos**, **Centro Educacional de Formação Superior e Diretório Acadêmico Orozimbo Nonato**, Belo Horizonte, mar/2002.
- ◇ **Medalha Ordem do Mérito Aeronáutico**, grau de **Grande-Oficial**, conferida pelo Exmo. Sr. Presidente da República Federativa do Brasil, set/2001.
- ◇ **Homenagem** prestada pela **Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de São Paulo** e pelo **Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão**, por ocasião de participação no evento **“Cidadania e Improbidade”**, set/2001.
- ◇ **Medalha da Ordem do Mérito do Ministério Público Militar**, condecoração de **Alta Distinção**, conferida pelo **Conselho da Ordem do Mérito do Ministério Público Militar**, jul/2001.
- ◇ **Medalha da Ordem do Mérito de Brasília**, grau de **Grande-Oficial**, concedida pelo Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal, por serviços prestados ao Distrito Federal, abr/2001.
- ◇ **Medalha de Mérito Judiciário do Distrito Federal e Territórios**, Grau: **Grã-Cruz**, pelos serviços prestados à

Curriculum Vitae
Fátima Nancy Andriighi

cultura Jurídica do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, abr/2001.

- ◇ Colar do Mérito Judiciário das Justiças Militares Estaduais, conferido pela AMAJME – Magistratura Castrense, nov/2000.
- ◇ Homenagem prestada pela participação no XII Congresso Nacional de Mulheres de Carreira Jurídica, nov/2000.
- ◇ Homenagem prestada pela Consultoria do Comando da Aeronáutica, por ocasião do III Simpósio sobre Atividades Jurídicas do Comando da Aeronáutica, nov/2000.
- ◇ Homenagem prestada pelo 2ºTAC/SP, pelo SECOVI-SP e pelo CEDES, por ocasião do Seminário sobre “Temas de Direito Imobiliário”, out/2000.
- ◇ Medalha Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, grau de Grande Oficial, conferida pelo Tribunal Superior do Trabalho, ago/2000.
- ◇ Homenagem especial pelo Dia Internacional da Mulher, prestada pela Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica, Comissão do Estado do Espírito Santo – ABMCJ/ES, mar/2000.
- ◇ Troféu Mulher 2000, Brasília, mar/2000.
- ◇ Colar do Mérito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, dez/1999.

*Curriculum Vitae**Fátima Nancy Andriighi*

- ◊ Medalha da Ordem do Mérito Judiciário Militar, condecoração de Alta Distinção, conferida pelo Conselho da Ordem do Mérito Judiciário Militar, do Superior Tribunal Militar, nov/1999.
- ◊ Homenagem prestada por ocasião do V Congresso de Estudos Jurídicos do Estado do Tocantins e III Encontro dos Advogados Tocantinenses, conferida pela Comissão Organizadora e Operadores do Direito participantes, out/1999.
- ◊ Homenagem prestada pela Comissão Organizadora do I Seminário Jurídico – UNITINS, Palmas-TO, mai/1999.
- ◊ Grande Homenagem outorgada pelo Conselho Superior do Centro de Ensino Unificado de Brasília – CEUB, abr/99.
- ◊ Medalha Tiradentes, concedida pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, abr/99.
- ◊ Medalha do Mérito Judiciário “Antônio Rodrigues Velloso”, pelos relevantes serviços prestados ao Poder Judiciário do Estado do Maranhão, dez/98.
- ◊ Medalha “Mérito Santos-Dumont”, conferida pelo Ministro de Estado da Aeronáutica, jul/98.
- ◊ Homenagem prestada pela Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão, mai/98.
- ◊ Homenagem prestada pelo Ministério Público do Distrito Federal e Fundação Escola Superior do MPDF, mai/98.

*Curriculum Vitae**Fátima Nancy Ambrighi*

- ◇ **Homenagem** prestada pela **Subseção da OAB de Lagoa Vermelha**, ago/97.
- ◇ **Medalha da Ordem do Mérito Militar**, grau de **Oficial**, conferida pelo Exmo. Sr. Presidente da República Federativa do Brasil, abr/97.
- ◇ **Homenagem** prestada pelo **Centro Acadêmico de Direito Teotônio Vilela – Faculdade Beneti – Gestão Travessia**, mar/97.
- ◇ **Homenagem** prestada pelos **Formandos de Direito da AEUDF**, 1996.
- ◇ **Homenagem** prestada por ocasião da **Comemoração dos 10 anos da Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão**, nov/96.
- ◇ **Homenagem** prestada pela **27ª Subseção da OAB de Unaí**, por ocasião do **I Seminário de Direito do Noroeste do Estado de Minas Gerais**, nov/96.
- ◇ **Homenagem** prestada pelo **Instituto Brasileiro de Direito Processual**, pela **reforma do CPP**, nov/96.
- ◇ **Homenagem** prestada por ocasião do **II Congresso de Estudos Jurídicos do Estado do Tocantins**, out/96.
- ◇ **Medalha do Mérito Judiciário “Conselheiro Coelho Rodrigues”**, conferida pela **Associação dos Magistrados Piauienses**, dez/95.

*Curriculum Vitae**Fátima Nancy Andighi*

- ◇ **Medalha Mérito Judiciário**, conferida pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão**, dez/95.
- ◇ **Homenagem** prestada pela **Associação Cearense de Magistrados e Associação de Magistrados Brasileiros**, Fortaleza, dez/95.
- ◇ **Homenagem** pelos relevantes serviços prestados à **Justiça**, da **Associação Cearense de Magistrados**, set/95.
- ◇ **Medalha da Ordem do Mérito Dom Bosco**, grau de **Grande Oficial**, outorgada pelo **Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região**, ago/95.
- ◇ **Comenda “Professor Miramar da Ponte”**, Fortaleza, fev/95.
- ◇ **Homenagem** prestada por ocasião do **Curso de Aperfeiçoamento de Magistrados** em São Luís do Maranhão, dez/94.
- ◇ **Homenagem** prestada pela **Comissão de Formatura do 2º Semestre/1995 de Direito do CEUB**, por ocasião de sua participação no **Ciclo de Estudos de Processo Civil**, out/94.
- ◇ **Medalha do Mérito Judiciário “Desembargador Joaquim Nunes Machado”**, grau de **Classe Ouro**, outorgada pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**, jul/94.
- ◇ **Medalha da Ordem do Mérito Dom Bosco**, grau de **Comendador**, concedida pelo **Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região**, mar/92.

*Curriculum Vitae**Fátima Nancy Andriighi*

- ◇ Medalha *Opus Justitiae Pax* Justiça do Trabalho Comemorativa da 50º aniversário de Instalação da Justiça do Trabalho, conferida pelo Tribunal Superior do Trabalho, mai/91.
- ◇ Homenagem prestada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e pela Escola Paulista da Magistratura, 1988.
- ◇ Homenagem prestada pela Câmara de Vereadores de Espumoso-RS, abr/88.
- ◇ Medalha da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, grau de Comendador, concedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, ago/86.
- ◇ Homenagem prestada pelos Alunos do ICAT, Brasília, out/85.
- ◇ Homenagem prestada pela Turma “Ulysses Riedel de Resende”, CEUB-FADI, ago/81.
- ◇ Homenagem prestada por: TA/MG, CEJ, EJEF, SINDPAS e SINTRAM.
- ◇ Homenagem prestada pela Escola da Magistratura do Espírito Santo.
- ◇ Homenagem prestada pela Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul – AJURIS.
- ◇ Homenagem prestada pela *Superior Court of California - County of San Diego*.

*Curriculum Vitae**Fátima Nancy Andighi*

- ◇ Moção formulada pela Associação dos Magistrados do Trabalho.
- ◇ Voto de louvor concedido pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Distrito Federal, pelo trabalho realizado junto à 7ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF.
- ◇ Medalha Comemorativa, do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça.
- ◇ Medalha Comemorativa do 1º TAC/SP, conferida pelo Centro de Estudos e Pesquisas Judiciárias.
- ◇ Medalha do Mérito outorgada pelo Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP
- ◇ Medalha da Ordem do Mérito de Brasília, grau de Oficial, concedida pelo Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal, por serviços prestados ao Distrito Federal.
- ◇ Medalha Joaquim José da Silva Xavier, concedida pela Polícia Militar do Distrito Federal.

Brasília, setembro de 2011

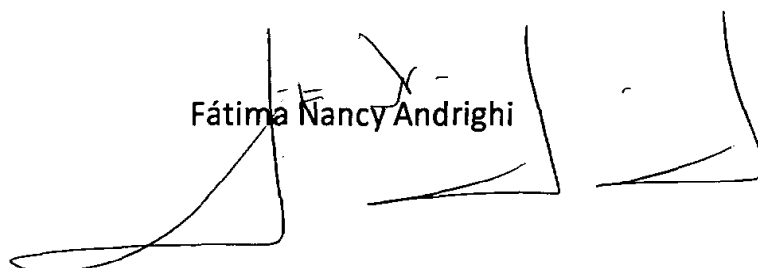
DECLARAÇÃO

Declaração que faz Fátima Nancy Andrichi, Ministra do Superior Tribunal de Justiça, em atendimento ao disposto no art. 5º, inciso IV, da Resolução nº 7 de 2005 do Senado Federal.

Declaro não ser membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo Federal, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou cônjuge, companheira ou parente em linha reta ou colateral, até terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes.

Brasília (DF), 29 de maio de 2014.

Fátima Nancy Andrichi



DECLARAÇÃO

Declaração que faz Fátima Nancy Andrichi, Ministra do Superior Tribunal de Justiça, em atendimento ao disposto no art. 1º, inciso II, alínea “d”, do Ato nº 1, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Declaro não ser autor ou réu de nenhuma ação em tramitação em nenhum órgão do Poder Judiciário.

Brasília (DF), 29 de maio de 2014.

Fátima Nancy Andrichi



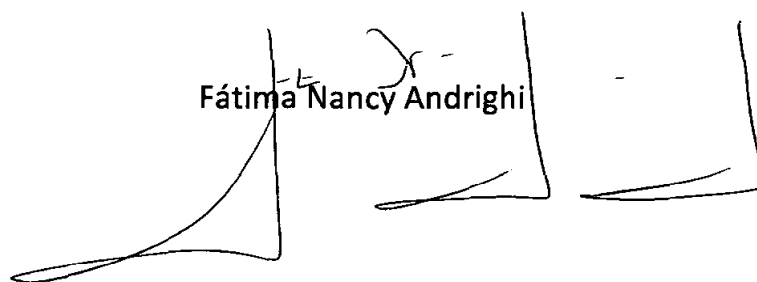
DECLARAÇÃO

Declaração que faz Fátima Nancy Andrichi, Ministra do Superior Tribunal de Justiça, em atendimento ao disposto no art. 1º, inciso II, alínea “e”, do Ato nº 1, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Declaro que, nos últimos cinco anos, ocupo o cargo de Ministra do Superior Tribunal de Justiça.

Brasília (DF), 29 de maio de 2014.

Fátima Nancy Andrichi



DECLARAÇÃO

Declaração que faz Fátima Nancy Andrighi, Ministra do Superior Tribunal de Justiça, em atendimento ao disposto no art. 1º, inciso III, do Ato nº 1, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ministra do Superior Tribunal de Justiça (1999). Ministra do Tribunal Superior Eleitoral (2010). Corregedora-Geral da Justiça Eleitoral. Doutoranda em Direito Civil pela Universidade Federal de Buenos Aires/Argentina. Mestre em Mediação (Master Latinoamericano Europeo em Mediación) pelo Instituto Universitaire Kurt Bosch, Suíça (2011). Pós-graduada em Direito Civil pela Universidade Católica do Distrito Federal (1999). Pós-graduada pela Universidade de Ensino Unificado de Brasília (1996). Pós-graduada pela Universidade Vale dos Sinos – Unisinos (1976). Coordenadora Nacional Honorária do Fórum Nacional dos Juizados Cíveis e Criminais – FONAJE. Coordenadora dos Trabalhos de Reforma do Código de Processo Civil e do Sistema Judicial de Moçambique, África (1997). Relatora do capítulo da Mulher no Judiciário para a Conferência de Beijing +5, indicada pelo STF (2000). Membro fundador da Escola de Direito Comunitário do Mercosul. Membro do Instituto de Direito Processual Ibero-Americano com sede em Montevideu – Uruguai. Fundadora da Revista da Escola da Magistratura do Distrito Federal (1995).

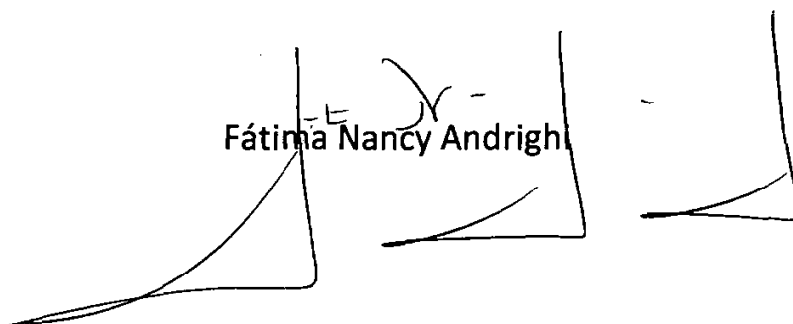


Membro do Conselho Editorial da Revista “Arquivos do Ministério da Justiça do Brasil”. Professora universitária e das Escolas de Magistratura e Advocacia do Distrito Federal.

Livros: Comentários ao Novo Código Civil, Editora Forense (2007), obra compartilhada; Juizados Especiais Cíveis e Criminais – Guia Prático (1997); Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais (obra em coautoria).

Brasília (DF), 29 de maio de 2014.

Fátima Nancy Andrighi



DECLARAÇÃO

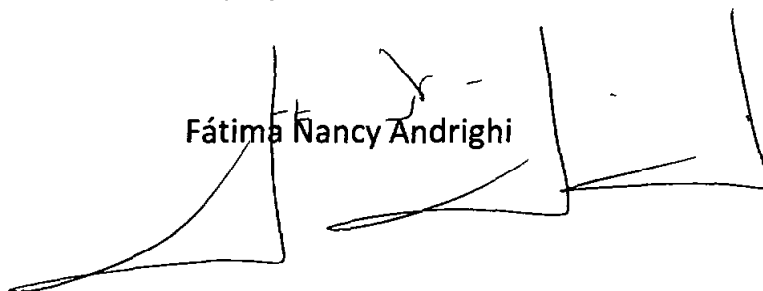
Declaração que faz Fátima Nancy Andrighi, Ministra do Superior Tribunal de Justiça, em atendimento ao disposto no art. 1º, inciso II, alínea “a”, do Ato nº 1, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Declaro ser irmã da Excelentíssima Senhora Desembargadora do TJDF, Dra. Vera Lúcia Andrighi.

Declaro não ter parente em linha reta ou colateral, até o terceiro grau de membro ou servidor do Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal, do Congresso Nacional, do Poder Legislativo Federal, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

Brasília (DF), 29 de maio de 2014.

Fátima Nancy Andrighi





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FATIMA NANCY ANDRIGHI

CPF: 115.974.880-20

Certidão nº: 48599085/2014

Expedição: 29/05/2014, às 16:34:12

Validade: 24/11/2014 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FATIMA NANCY ANDRIGHI**, inscrito(a) no CPF sob o nº **115.974.880-20**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

29/5/2014



: Sistema de Emissão de Certidões Negativas da 1ª Região



Nº 1414897

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
PROCESSOS ORIGINÁRIOS CÍVEIS E CRIMINAIS**

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis e Criminais mantidos no **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**, que

NADA CONSTA

contra **FATIMA NANCY ANDRIGHI** nem contra o **CPF: 115.974.880-20**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação, **excluídos os processos em grau de recurso**. Poderão, também, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (www.trf1.jus.br), informando-se o número de controle acima descrito;

Emitida gratuitamente pela internet em: 29/05/2014, às 16h37.

Data da última atualização do banco de dados: 29/05/2014, 16h37

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900.
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: secju@trf1.jus.br

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

Publicado no DSF, de 30/5/2014

Secretaria de Editoração e Publicações - Brasília-DF